



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 479 - DE 29 DE JUNHO A 13 DE JULHO DE 2014 - R\$ 3,00

◉ Estado Policial reprime, prende, processa e condena para deter as manifestações



Responder à repressão organizando os comitês de luta

◉ oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

As demissões ainda não assustam, mas começam a assustar

A notícia é a seguinte: em maio, foram criados postos de trabalho inferiores a 58.836. Esse número se refere à comparação com maio de 1992, quando então estava no governo Fernando Collor de Melo. Dizem os analistas que, na série histórica recente, somente neste ano foram criadas vagas abaixo de 58.836.

A Fiesp divulgou a demissão de 12,5 mil trabalhadores nas indústrias, neste mesmo mês. O quadro específico revela que 14 setores demitiram, 5 contrataram e 3 permaneceram estáveis. A destruição de postos de trabalho na indústria vem se manifestando desde 2012. Avança em 2014. O saldo ainda é positivo. Mais se contratou do que se demitiu. No entanto, configura-se a tendência negativa.

A crise poderá acelerar o processo de fechamento de postos de trabalho. Trata-se da destruição de parte das forças produtivas, típicas da superprodução.

Na Petrobrás, as terceirizadas demitiram, desde 2012, cerca de 11 mil operários. Segundo a empresa, há um conflito de interesse entre a contratante e as contratadas. O fato é que têm ocorrido demissões em massa.

Segundo o sindicato patronal das micro e pequenas empresas (Simpri-SP), a maior parte dos empresários sinalizou que está mais propensa a demitir do que a admitir. As pequenas empregam 60% da força de trabalho na indústria do Estado de São Paulo (1,5 milhão de operários). No entanto, tudo indica que o ponto nevrálgico se encontra na indústria automotiva.

Segundo o jornal Valor, as montadoras estão operando com excesso de capacidade próxima de 28%. Produzem 270 mil veículos quando podem alcançar 375 mil por mês. O reflexo sobre o setor de autopeças é imediato. Em dezembro e abril, indica a pesquisa, “atingiu a marca de 31%” de ociosidade.

As montadoras e as autopeças já fecharam 4,7 mil vagas em 2014 e 10 mil nos últimos 12 meses. A compra interna e as exportações estão caindo. O que provoca excedente de produção. Um baque na indústria automotiva, sem dúvida, afetará toda a cadeia produtiva.

As previsões de crescimento econômico se tornam cada vez mais pessimistas. O governo federal já pensa em rever sua meta de criação de 1,5 milhões de postos de trabalho.

Temos dito que a queda industrial acabará por afetar toda a economia. Os setores de comércio e de serviços não poderão sustentar isoladamente a abertura de vagas. É questão de tempo. Assim que passar a Copa e for eleito o novo presidente (mesmo que seja Dilma), haverá o que os economistas burgueses chamam de “ajuste”. Em palavras simples, corte nos gastos públicos e ataque aos empregos e salários.

A euforia com a criação de 2 milhões de postos de trabalho em um ano sob o governo Lula chegou ao fim. Agora é hora dos assalariados sentirem o gosto mais amargo do sistema de exploração do trabalho e acumulação de capital.

Nada indica que a economia mundial está para superar o declínio aberto em 2008. Os Estados Unidos e a Europa Ocidental não estão em plena recessão, mas seus crescimentos são medíocres. A bilionária intervenção do Estado japonês em sua economia interna pouco resultado atingiu. A China continua sendo o esteio que já não é tão sólido e seguro. Na América Latina, a Argentina, que vinha crescendo pouco, praticamente adentrou à recessão.

O quadro mundial se torna ainda mais conturbado pela crise econômica e pelos brutais conflitos bélicos. O Brasil não tem como ficar isento desse redemoinho. Não por acaso a luta de classes e a repressão da burguesia aos movimentos ganham nova dimensão.

A crise de superprodução no setor industrial já é fato. O problema está em que as direções sindicais continuam a mentir e a iludir a classe operária com as promessas de acordos com o governo e com as montadoras para conservar os postos existentes. O governo do PT já fez as desonerações fiscais às multinacionais e a setores do capital nacional em nome da estabilidade econômica e dos empregos. Mas o que se tem visto é que as demissões na indústria avançam. Tudo indica que não há exoneração que resolva a crise de superprodução de valores. Essa via de política econômica se esgotou. A burguesia tem de descarregar a crise sobre as massas. É nesse ponto que estamos.

A classe operária industrial ainda está à margem das lutas que vêm se desenvolvendo no País. A sua intervenção mudará o quadro da luta de classes. Dará consistência ao método da ação direta. Mas não conta com uma direção classista e revolucionária. Terá de se rebelar contra a burocracia colaboracionista e constituir uma direção à altura dos embates. Isso não ocorrerá de uma hora para outra, mas esta é a perspectiva aberta pela crise.

A sua vanguarda, ainda que embrionária, deve desenvolver as reivindicações que de fato defendam a vida dos explorados e os unam contra os ataques da burguesia e de seu governo. O POR vem insistentemente defendendo a necessidade dos assalariados se prepararem para a tormenta. Como? Começando por avivar as assembleias e por agitar as reivindicações que se contraponham às demissões, ao desemprego, às perdas salariais e à destruição de conquistas trabalhistas.

Não cansamos de propagandear e agitar as bandeiras de estabilidade no emprego, redução da jornada sem reduzir os salários e escala móvel das horas de trabalho. Explicamos que não é possível isoladamente enfrentar as demissões em situação de crise geral. Somente um movimento nacional, altamente organizado e centralizado, reunirá forças para quebrar a via capitalista de solução da crise (ou seja, de destruição de forças produtivas). Nesse caminho, é indispensável combater as velhas direções burocráticas e constituir novas direções classistas e revolucionárias.

Responder à repressão organizando os comitês de luta

As prisões no 11º ato (dia 23 de junho) contra a Copa dos Capitalistas indicam que estamos diante do endurecimento do governo e das forças reacionárias do Estado. Fábio Hideki e de Rafael Marques foram presos depois de a passeata ter sido desfeita. Ambos foram acusados de pertencer aos Black Blocs pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). Sobre Harano pesou a denúncia de ser líder da manifestação. Na prisão de Rafael, um grupo de manifestantes já dispersos reagiu contra a ação dos policiais. Um dos agentes do Deic sacou a arma de fogo e atirou algumas vezes para o alto.

A utilização pelo governador Alckmin da polícia criminal contra manifestantes não é inesperada. Indica apenas que avança a repressão e a necessidade de combatê-la. Não basta ganhar as ruas. É preciso que se organize a luta. Há, no entanto, a ausência de uma organização de base e de uma direção geral unificada. O POR vem insistindo na constituição em todo o país dos comitês de luta. Não se pode avançar o movimento de massa sem uma direção política, sem reivindicações precisas e sem a organização de base. As entidades, correntes e movimentos que vêm participando das mobilizações necessitam estabelecer uma frente única que progrida em sua organização.

Cada vez se tornará mais difícil a caminhada da luta sob formas dispersas. A repressão se aproveita da desorganização e das ações inconsequentes dos Black Blocs. A coesão das massas em luta é dada pelas reivindicações objetivas, pela organização de base e pela direção política que expresse as tendências reais dos explorados. Também não será com medidas administrativas e burocráticas de uma direção imposta por uma parcela do movimento que controla aparatos sindicais que se conquistará a coesão necessária para que o movimento se imponha diante dos ataques do governo, da polícia, da justiça e da imprensa.

Na manifestação da quinta-feira (dia 19), a direção do Movimento pelo Passe Livre (MPL) fez um acordo com a Polícia Militar de realizar uma manifestação pacífica, festiva e controlada. O que pressupunha a não atuação dos Black Blocs. O acordo implicava que a polícia ficasse a distância e não atuasse ostensivamente. De parte do MPL, não haveria nada que ferisse a “ordem pública”, como prescreve as leis da burguesia. Mas a resposta dos Black Blocs à repressão policial no final do ato, quebrando uma concessionária de carros de luxo, mudou tudo.

A imprensa caiu sobre Geraldo Alckmin e sobre o comando da PM. Se o acordo tivesse funcionado, todos aplaudiriam os ordeiros. Como não foi assim, o governador e seu secretário da Segurança Pública criticaram o acordo. A conclusão foi a seguinte: se o MPL não foi capaz de cumprir o acordo impedindo que os Black Blocs fizessem a quebradeira, então o MPL também deve ser responsabilizado. Essa premissa foi exposta pelo secretário de Segurança, Fernando Grella Vieira, como um claro aviso de que não se tolerarão os movimentos de rua.

Os Black Blocs deverão ser perseguidos (um independente conhecidamente pacifista e outro que havia se mostrado pacífico mesmo diante da tortura em 12/6 foram presos e indicados como líderes dos Black blocs) e o MPL sofrerá com punições judiciais (foram convidados a depor no momento da manifesta-

ção de 23/06, e agora estão sendo intimados à delegacia). Fala-se em uma nova orientação do governo de São Paulo. Haverá uma ofensiva de criminalização dos movimentos. Por onde começará? Por considerar quebra da ordem pública o direito de manifestação de rua. Os porta-vozes da burguesia vêm insistindo que chegou a hora de pôr limites às manifestações de massa.

Lembramos que até junho de 2013 os movimentos não podiam ocupar a Av. Paulista. O sindicato dos professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) sofreu duras penalidades financeiras por protestar no santuário do capital financeiro e comercial da cidade. Em julho, o movimento de massas impôs sua vontade contra o Estado. Passou a exercer sua soberania pelo método da ação direta e pela força de massa.

A imprensa reacionária se arvorou em reconhecer o direito de manifestações pacíficas. Na realidade, não reconhece nenhum tipo de manifestação dos explorados. Procura-se encaixá-la em um formato para inutilizá-la.

A continuidade das manifestações de rua vem ocorrendo sobre o espaço conquistado em junho do ano passado. A burguesia e seu governo não podem tolerar essa conquista política dos explorados e da juventude oprimida. Depois do ocorrido na quinta-feira de comemoração de 1 ano da jornada de luta de junho, desencadeada pelo MPL, o governo autorizou a polícia a atuá-lo com mais vigor. Foram selecionados 22 membros do MPL, e mais dezenas de outros não ligados a ele, para comparecerem no DEIC. Parte deles assinou a carta de 30 de maio do MPL enviada ao secretário Grella.

A recusa em atender à intimação teve como resposta do secretário de Segurança de que serão forçados a cumprir a determinação, ou seja, serão levados para depor à força.

A ilusão de que é possível ganhar as ruas com o consentimento do Estado custará caro ao movimento, caso não se reorganize sobre novas bases e constitua uma direção político-programática. É bem possível que após as eleições enfrentaremos uma ofensiva da repressão muito mais feroz. A situação econômica continua se agravando com a manifestação da crise de superprodução nos ramos fundamentais da indústria. O desemprego começa a despontar como a tormenta que terá de ser enfrentada pela classe operária. As greves se ampliam. Somente não temos os primeiros sinais de luta contra as demissões porque as direções sindicais burocráticas colaboram com a patronal. Mas a classe operária acabará por romper o muro de contenção. Essa é a perspectiva da luta de classes.

A burguesia sabe perfeitamente avaliar esse perigo para seus interesses. A dura resistência de Alckmin à greve dos metroviários e o apoio do governo federal à repressão mostram que os adversários políticos (PSDB e PT) se unem diante da luta dos explorados.

A tarefa que se coloca é a de reorientar o movimento de rua para se estruturar sobre a base de uma organização de base – os comitês de luta – da formação de um comando de frente-única (regido pela democracia operária) e da definição das bandeiras que unifiquem o combate. Teremos de enfrentar processos e punições. A luta pelas liberdades políticas tem se tornado uma exigência do movimento.

O divisionismo nas manifestações debilita as lutas contra a Copa

No mês de junho, já ocorreram três manifestações em Salvador, nos dias 12, 13 e 20. Essas manifestações foram organizadas por um Comitê do qual fazem parte o Partido Operário Revolucionário (POR), o PSTU, PSol, membros do Comitê Popular da Copa, além de entidades como Anel, Conlutas, Inter-sindical, outras organizações e independentes. Um fato chama imediatamente a atenção: o divisionismo nas manifestações, que impossibilita a unidade do conjunto das organizações, entidades e movimentos sociais contra a Copa bilionária dos capitalistas.

Na primeira manifestação, ocorrida na abertura da Copa do Mundo, a concentração ocorreu na Praça Campo Grande, saindo em passeata do centro de Salvador. Ao final, foi queimada uma faixa com a inscrição FIFA. Os anarquistas e black blocs realizaram nesse mesmo dia uma manifestação no Igua-temi. Não houve, portanto, possibilidade de unificação das manifestações em um único ato, o que debilitou ambos. Na manifestação dos anarquistas e black blocs, foram presos 10 manifestantes.

Na segunda manifestação, também com concentração na Praça Campo Grande, compareceram as correntes políticas e partidos (POR, PSTU, PSol, Comitê Popular da Copa, entre outros). Enquanto os partidos se organizavam do lado de fora da praça, os anarquistas e black blocs se concentraram no seu interior. O POR propôs aos demais partidos que formassemos uma comissão para discutir com os anarquistas a possibilidade de unificação. A comissão se dirigiu a alguns dos anarquistas, que demonstraram interesse em unificar. Entretanto, já haviam definido um roteiro, que seria da Praça Campo Grande até a FIFA Fan Fest, na orla de Salvador. Não concordando com o roteiro traçado pelos anarquistas, as correntes se reuniram informalmente para tirar uma proposta de roteiro alternativo. A

demora, entretanto, novamente impossibilitou que houvesse a unificação. A manifestação dos partidos, entidades e independentes ocorreu em torno da Praça do Campo Grande por causa do cerco da polícia, que compareceu em número superior aos manifestantes, impedindo autoritariamente que os manifestantes seguissem pelas ruas do centro da capital. A manifestação dos anarquistas, que se dirigiu à Fan Fest, foi reprimida violentamente pela polícia e 23 pessoas acabaram presas, sendo 9 menores. Ao final da manifestação no Campo Grande, membros de correntes como POR, PSTU, PCB e Psol, além do Comitê Popular, entre outros, se dirigiram à Delegacia onde se encontravam os manifestantes para manifestar solidariedade aos presos diante da repressão policial.

No dia 20, o coletivo composto pelas correntes e membros do Comitê Popular organizou um ato na Praça Cairu, em frente ao Mercado Modelo e Elevador Lacerda, local de intenso movimento de pessoas, pequenos comerciantes, trabalhadores e turistas. O ato se concentrou na denúncia da repressão e criminalização das lutas sociais no país.

O POR compareceu às manifestações com suas bandeiras, manifestos, faixas e intervenções da sua militância. Temos defendido desde o primeiro momento a unificação das manifestações para fortalecer a luta diante da repressão e da criminalização das lutas sociais. Alguns membros do coletivo, que organiza as manifestações, e, particularmente o PSTU, têm colocado obstáculos à unificação com os anarquistas e black blocs. O POR continuará defendendo a unificação do conjunto das correntes e partidos em uma única manifestação com os anarquistas e black blocs, por entender que somente a unidade sob a base da ação direta coletiva das massas será capaz de se impor frente à repressão do Estado e dos governos.

Boletim distribuído na manifestação de 26 de julho em São Paulo

Liberdade imediata dos presos políticos!

Por uma plenária dos movimentos sociais para combater a repressão do Estado policial

Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi foram detidos no dia 23 de junho no ato contra a copa. Ambos estão sendo acusados de associação criminosa, incitação à violência, resistência à prisão, desacato à autoridade e porte de artefato explosivo. Fábio foi acusado de líder dos black blocs. Rafael levou vários tiros de borracha no peito e spray de pimenta nos olhos no último dia 12/06, na manifestação de abertura da copa, quando havia sido detido.

Fábio Hideki é funcionário da USP, estudante de jornalismo, não é organizado em corrente política, nem é black bloc e participa das manifestações de rua. Fábio não cometeu nenhum crime. É um ativista pacífico que atua no movimento estudantil e dos funcionários da USP. Esteve presente em muitas

manifestações de rua porque defende as bandeiras levantadas pelo movimento. Foi preso num ato contra a copa, cujos gastos bilionários foram feitos diante do arrocho salarial e corte de verbas que são motivos da greve na universidade na qual Fábio é um militante atuante. Rafael Marques é professor de inglês e ex policial militar.

Fábio é um jovem de princípios que acredita e defende a ação coletiva e isso nada tem haver com crime. O artefato encontrado em posse de Fábio foi implantado pela polícia, conforme se comprova nas gravações de sua prisão e depoimentos. A rápida transferência para a detenção do Tremembé, interior de São Paulo, tenta isolá-lo do movimento de resistência à sua prisão descabida. O Sintusp e os estudantes da USP estão or-

ganizando atos em defesa da soltura imediata dos dois presos políticos.

A polícia, cão treinada da burguesia, tem de falsificar o crime, porque sabe que o movimento popular, sindical e estudantil não é criminoso. É legítimo lutar por salário, por emprego, por educação pública e gratuita, por um sistema único de saúde gratuito que realmente sirva para atender os doentes, é legítimo lutar por moradia. Fábio e Rafael não tinham explosivos, não são membros de uma associação criminosa. A burguesia mente para lançar os holofotes sobre um movimento descaracterizando-o. Assim a burguesia pretende temporariamente se esconder dos seus reais crimes.

A burguesia é quem explora o trabalhador, paga salários de miséria, demite milhares de operários e assalariados, matando de fome suas famílias. É a burguesia quem manda matar a juventude pobre sem perspectiva de vida e à mercê do narcotráfico. É a burguesia quem mata os doentes nos hospitais públicos sem médico e sem remédio. É a burguesia quem priva a maioria de se formar no ensino médio, o que dirá na universidade. A burguesia é a criminosa.

A repressão é a expressão mais clara da ditadura de classe da burguesia. Ela tem suas inúmeras leis que golpeiam e criminalizam o movimento como a lei anti greve, anti terrorista, anti máscara, lei da copa. Exibem a fortaleza do seu aparato militar incrementado para conter com mais eficiência as mobilizações. A contenção das massas é uma necessidade diante da crise capitalista. A burguesia sabe que dias piores virão. Os governos não sustentarão por muito mais tempo o crescimento

da economia por meio das medidas administrativas de incentivo fiscal. As demissões em massa virão e o poder da burguesia estará em risco.

A repressão avança para conter os oprimidos. Para amedrontar os mais fracos, os despolitizados que não entendem a inevitabilidade do confronto com as forças armadas. O Estado, instrumento da burguesia, tem monopólio da violência e não tarda em despejar toda a sua força sobre os que resistem ao aumento da exploração. Atacará a todos os movimentos indiscriminadamente. A tarefa colocada é a unidade de todos para combater de forma organizada e conjunta a repressão do Estado policial. A **PLENÁRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS** é a materialização dessa unidade. Que as entidades estudantis, os sindicatos e centrais sindicais convoquem suas assembleias e chamem os trabalhadores e estudantes a discutirem sobre essa proposta. É urgente o combate unitário à repressão!

LIBERDADE IMEDIATA A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!

FIM DOS CERCOS POLICIAIS ÀS MANIFESTAÇÕES!

PELO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO!

FIM DE TODOS OS PROCESSOS AO MOVIMENTO!

FIM DA PM!

ABAIXO AO GENOCÍDIO À JUVENTUDE POBRE E NEGRA!

ABAIXO AO GENOCÍDIO NO CAMPO!

ABAIXO AO GENOCÍDIO À POPULAÇÃO INDÍGENA!

POR UM TRIBUNAL POPULAR PARA JULGAR OS CRIMES DA BURGUESIA!

Natal/RN

Governos gastam com a copa dos capitalistas e não têm dinheiro para garantir moradia e alimentação aos desabrigados do Morro de Mãe Luiza

Após o último jogo, dos quatro determinados pela Fifa para Natal, fica para o RN a obrigação de manter o pagamento das obras, do estádio e aeroporto privado, tudo construído com dinheiro público.

No RN, a construção do Arena das Dunas custou em torno de R\$ 400 milhões, sendo nada menos que R\$ 396 milhões garantidos pelo BNDES. A OAS ficará lucrando com a concessão do estádio por 20 anos, além de receber o pagamento contratual em torno de R\$ 1 bilhão e 400 mil do governo do estado, ou seja quase 03 vezes o valor inicial.

O prefeito Carlos Eduardo cumpriu todas as exigências da Fifa para a realização da Copa. Os gastos com a Fanfest somaram-se em torno de R\$ 6,5 milhões, além dos R\$ 500 milhões em obras. Garantiu conforto e beleza para os turistas que chegaram à capital. Durante o evento, Natal foi palco de mudanças na vida dos natalenses, que tinham seu itinerário do trabalho modificado pelo Fifa. No dia de jogo, os ônibus foram colocados à disposição dos turistas (exigência da Fifa de que a cada cinco minutos o transporte fosse garantido gratuitamente aos que portassem ingressos), além de um aparato policial em

cada esquina das ruas dos bairros nobres, nas proximidades dos hotéis.

Enquanto isso, no dia 13 de junho, um dia após a abertura da Copa, a comunidade do Morro de Mãe Luiza, localizada na orla marítima, foi vítima de desabamento, onde famílias perderam completamente suas casas. O ocorrido foi notícia internacional, sendo alegado unicamente o grande volume de chuvas na região e apresentado como uma “catástrofe natural”. O que se omite é que, com o avanço imobiliário, na área de Areia Preta, muito valorizada, foram construídos prédios (na encosta do Morro) e as próprias construtoras construíram muros de arrimo e outras técnicas para conter as águas que visavam a proteger os prédios. A água represada em Mãe Luiza, que poderia ter escoado normalmente, mesmo com as chuvas, em direção à praia, contribuiu em muito para o desabamento das casas, além do esgotamento dos esgotos e drenagem do Morro. São mais de 270 famílias desabrigadas, sendo forçadas a serem colocadas em escolas e igrejas nas piores condições possíveis.

Enquanto isso, o prefeito Carlos Eduardo, que entregou milhões para a Fifa, faz campanha humanitária para “ajudar



Contraste: estádio e desabamento no morro

Mãe Luiza”. Os prédios da prefeitura se tornaram local de arrecadação, enquanto o prefeito se isenta de garantir moradia imediatamente para estas famílias, alimentação entre outros. Os moradores, que convivem com o desemprego em massa, com falta constante de água, repressão brutal da polícia, agora têm de ficar esperando ajuda humanitária, sem previsão para resolver o problema do bairro.

Sindicato do PSTU faz campanha humanitária

O Sindsaúde/PSTU/Conlutas, ao contrário de chamar os moradores a se organizarem, protestar no ato “Na copa vai ter luta”, ou se organizarem em comitês para exigir do prefeito a garantia de moradia imediata às famílias, comporta-se como todos os políticos eleitores, fazendo campanha de arrecadação de alimentos.

Busca disputar com o prefeito a política assistencialista, enquanto contribui para que os moradores permaneçam aceitando as medidas paliativas do prefeito, que afirma não ter dinheiro para garantir alimentação e moradia das famílias, ao mesmo tempo em que financiou a Copa para os capitalistas.

O mandato de Amanda Gurgel limita-se unicamente à solidariedade das famílias, nos discursos no parlamento, não defende e atua no bairro para que este se levante contra a tirania de Carlos Eduardo. O “mandato socialista” limita-se aos quatro cantos do parlamento, fazendo emendas e projetos que, à margem das lutas de massa, não passam de palavreado pincelado de oposição eleitoral. Não tem nada a ver com uma atuação revolucionária no parlamento.

Repressão e pacifismo no ato “Na Copa Vai Ter Luta” dia 16/06 em Natal

Após a definição, no encontro do Espaço de Unidade e Ação, de que o ato seria contra o imperialismo, no dia do jogo EUA e Gana, algumas direções sindicais e partidos discutiram sua organização.

A exemplo da repressão preparada em nível nacional nas manifestações contra a Copa, em Natal não foi diferente. 12 mil homens foram exigidos pela Fifa para garantir a segurança dos capitalistas. Um tanque de guerra para operações anti-tumulto, cavalaria, foi usado no dia do jogo, além do FBI, que veio para garantir a segurança dos americanos. Um verdadeiro clima de terror e guerra foi divulgado dias antes do jogo.

Aliado a isso, a justiça burguesa fez sua parte. Decretou que todos os sindicatos da capital ficassem proibidos de realizar qualquer manifestação “durante todo o período da copa”, decretando a penalidade de R\$ 200 mil reais de multa aos sindicatos para o descumprimento e R\$ 20 mil para “pessoa física manifestante”. Isso após a exigência de que os trabalhadores da saúde terminassem sua greve e suspendessem o acampamento em frente à prefeitura, ficando impossibilitada a realização de manifestação em prédios da prefeitura também “durante a realização da copa em Natal”.

O PSTU, que dirige a Conlutas, todo tempo trabalhou pela realização de um ato que fosse o mais disciplinado possível dentro das exigências impostas. Poderia até questionar, reclamar das leis, mas, ao final, se submeteu ao determinado pela Fifa. Toda a preocupação que tinha palavreado de defesa da

segurança dos manifestantes levou inclusive a Conlutas a reunir-se com a polícia para definir trajeto e regras.

No dia 16, a repressão estava instalada na capital, milhares de policiais, a população sendo revistada, bloqueios de ruas, manifestantes sendo filmados, etc. Horas antes do protesto, a polícia veio informar que a manifestação poderia até sair do local, mas que só poderia percorrer poucos metros e, disciplinadamente, por uma faixa da avenida, que seria acompanhada pela polícia, até o ponto determinado. Tudo, como afirmou o policial, de acordo com a “Lei da Fifa”.

O ato contou com cerca de 300 pessoas, entre dirigentes sindicais, os servidores da saúde, partidos e a juventude independente.

A postura do PSTU

Durante a manifestação, o PSTU fez um cordão de isolamento, não para se proteger da polícia, mas para não se “misturar” com a juventude que estava à frente. Tendo trazido parte dos dirigentes nacionais do partido e preparado sua militância para uma “equipe de segurança”, objetivava unicamente realizar um ato submetido à repressão da Fifa. Inclusive questionando se era “permitido queimar a bandeira”. Em nenhum momento questionou, no carro de som, a violação dos direitos e a repressão instalada pela Fifa. Não denunciou a postura da justiça de intervir na greve do sindsaude, onde dirigem. O carro de som foi utilizado apenas para expressar as batucadas e as

palavras de ordem que o PSTU tinha decidido. Nenhum sindicato ou partido que participava do ato pode fazer intervenções, como de costume. Ao ser questionado pela militância do POR da postura de divisão do ato pelo cordão de isolamento, militantes dirigentes puxaram nossa faixa e mandaram que ultrapassássemos o cordão, pois o ato quem dirigia eram eles. Qualquer um que questionasse era tratado como inimigo. Sob fortes gritos, os dirigentes exigiam que tivessem cuidado com os Black Blocs para não entrarem no seu ato.

O POR não se submeteu e ficou à frente do cordão do PSTU, juntamente com o sindicato dos bancários, Sintest, PSol, MRS e todos os independentes.

Se havia intenção em denunciar os gastos milionários da copa, defender investimento na saúde e educação, o PSTU esqueceu de fazer isso. Terminou o ato quando bem quis e com um viva ao ato vitorioso, mas debaixo de muitas vaias. De forma deplorável, guardaram suas bandeiras e, ao sinal dos dirigentes nacionais, saíram em bloco, deixando todos os ou-

tros manifestantes. Prontamente, enquanto os manifestantes fugiam da polícia, o PSTU posava para foto com suas faixas em frente ao shopping. No dia seguinte, toda imprensa parabenizava o ato pacífico e ordeiro.

Esse balanço do ato expressou novamente a capitulação política do PSTU, pois foi debaixo de muita repressão, espancamento de militantes após o ato, revistas de todos que a polícia considerava suspeitos e um verdadeiro clima de guerra instalado na cidade.

O POR repudia a postura do PSTU que a cada dia utiliza-se de métodos estranhos ao movimento, adaptado cada vez mais ao eleitoralismo burguês. O método utilizado pelo PSTU, de tratar os que se levantam (ainda que de forma despolitizada) contra o capitalismo e contra a repressão como inimigos, tem servido muito bem à burguesia. A embriaguez eleitoral vivida pelo PSTU tem levado a tomar posturas antes vistas apenas nos reformistas e estalinistas, que nos tratavam como inimigos do movimento quando este respondia aos ataques da burguesia.

Justiça burguesa condena lutadoras do movimento estudantil da UNIFESP Guarulhos

No dia 17 de junho deste ano, a justiça burguesa condenou Aline de Souza Camargo Assis, Ana Beatriz Ferreira Felipe da Silva e Ana Carolina Cardoso da Silva Costa por lutarem em defesa da construção do prédio definitivo da Unifesp do Pimentas, bairro da periferia de Guarulhos. As companheiras foram condenadas por desobediência durante a ordem de reintegração de posse da diretoria ocupada, no dia 06 de junho de 2012. A “desobediência” se deu por uma decisão coletiva do movimento, para pressionar a burocracia e governo a atenderem a reivindicação de construção do prédio definitivo e fim dos processos contra estudantes. Neste dia, foram presos 46 estudantes. Estas lutadoras não cometeram nenhuma ação individual, fizeram parte de um movimento iniciado em março de 2012, que resistiu a ameaças, prisões e impôs a construção do prédio definitivo da Universidade no bairro pobre de Guarulhos.

A greve durou 5 meses e foi obrigada a utilizar a ação direta, como manifestações de rua e a ocupação, pois a reitoria e o governo Federal eram intransigentes. Um movimento massivo, pois as condições estruturais da universidade já não atendiam os que ali estudavam desde sua inauguração em 2007.

Desde 2007, os estudantes reivindicavam condições básicas para estudar! Já não conseguiam ter aula, pois as salas estavam lotadas; a biblioteca estava muito aquém da quantidade de estudantes, isto apenas citando o básico, sem falar da falta de moradia, creches, professores. Após muita pressão do movimento, que saiu às ruas e ocupou o prédio para exigir o atendimento de condições mínimas para estudar, veio à tona inclusive a situação do Restaurante Universitário que, além de não atender à necessidade dos estudantes, continha um ninho de ratos. Tudo isso em uma Universidade Federal!!! Agora querem dizer e convencer com seus discursos jurídicos de que

os estudantes são culpados! De que tinham de procurar outras formas de reivindicar, que não fosse ocupando a CARICATURA DE UNIVERSIDADE que foi instalada em Guarulhos.

Este Estado policial esperou o movimento refluir para atacar sua vanguarda. Não se pode admitir a condenação dos que lutaram incansavelmente em defesa da educação pública. Defender os lutadores é defender o atendimento das reivindicações. Este prédio não está saindo por bondade ou bom senso da burocracia e governos, foi fruto de muita luta. Estes governos transformam vítimas em réus. Depois de agredidos e presos, agora querem tomar três das lutadoras para servir de exemplo para os que pensarem em se levantar. Não se pode aceitar esta condenação. Os culpados foram reitoria e governo federal, que jogaram os estudantes em condições que são incompatíveis com o direito de estudar, além dos riscos de saúde e violência (como o episódio do dia 14 de junho de 2012, em que, numa manifestação pacífica, a burocracia chamou a polícia que dispersou com tiros de balas de borracha, quase deixou cego um e prendeu 25 estudantes). Estes são os bárbaros que usam a violência como método para não atender os movimentos. Esperaram a desmobilização para atacar.

É necessário reorganizar o fórum dos processados da Unifesp, para a defesa política das lutadoras. Estão se armando para o processo referente ao dia 14 de junho, onde acusam inclusive de formação de quadrilha, para ter uma sentença mais dura. Não se pode aceitar nenhuma penalização, pois fazer isto é abrir caminho para o esfacelamento do movimento que resiste aos ataques ao ensino público.

Abaixo a condenação de Aline de Souza Camargo Assis, Ana Beatriz Ferreira Felipe da Silva e Ana Carolina Cardoso da Silva Costa! Não somos culpados!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Primeira sentença contra os lutadores da Unifesp

Em julho de 2012, a greve estudantil com a ocupação da Unifesp foi finalmente desmontada com a ordem de reintegração de posse, cumprida mediante força policial. A vanguarda combativa, presa e indiciada, foi enquadrada por desacato à ordem judicial.

Uma parcela aceitou a proposta de transação penal oferecida pelo Ministério Público, outra não admitiu culpa alguma e assumiu enfrentar o processo. Essa divisão foi motivo de luta política no Comitê de Defesa Contra a Repressão. Agora, saiu a primeira sentença de condenação de Ana Beatriz Ferreira Felipe da Silva, Ana Carolina Cardoso da Silva e Aline de Souza Camargo de Assis.

Como se vê, houve um desmembramento do processo, que abarca 15 estudantes. Receberão a sentença em grupos de três ou quatro. O fato é que a ocupação foi um ato coletivo e expressou a greve estudantil. Mas se trata da justiça burguesa julgando um caso político.

O principal argumento da defesa foi o de que os estudantes estavam protestando e assim exercendo o direito de reunião e associação. A resposta do Juiz foi a de que uma “ordem emanada do Poder encarregado constitucionalmente de solucionar os conflitos em devido processo legal” tem de ser acatada. Assim reza a lei que protege a propriedade privada dos meios de produção e os exploradores contra as greves, ocupações, piquetes, bloqueios, etc.

No caso da longa greve da Unifesp, a lei e a polícia serviram ao governo federal, encarnado pelo PT. Os estudantes aprovaram a greve e a ocupação em assembleia, com um motivo claro. Não era possível a existência da universidade em um prédio provisório, cujas instalações inviabilizavam os estudos.

A decisão governamental de construir a universidade pública no Bairro dos Pimentas (Guarulhos) foi apoiada pelos estudantes. A questão é que a construção foi sendo adiada em função das disputas políticas e da existência de uma facção de professores contrária ao bairro considerado distante do centro cultural e caracterizado pela pobreza dos seus habitantes.

Desde que a Unifesp passou a funcionar em condições precárias, os estudantes começaram a se movimentar. A greve de junho foi apenas uma retomada das reivindicações em uma situação em que se definia a mudança da universidade do Bairro dos Pimentas. Uma parcela da burocracia universitária conspirava no seio da instituição e junto ao governo para uma mudança de planos. Os estudantes estavam por uma verdadeira universidade pública nos Pimentas. Exigiam que se concretizasse o projeto inicial do governo federal.

Estão aí a causa e o conteúdo político da greve e da

ocupação. E é por ela que os estudantes mais firmes e conscientes da luta não aceitaram a transação penal que imputava a pena de multa ou de prestação de serviço.

Não há a menor dúvida de que as prisões, o indiciamento, o processo e a condenação são medidas contra o direito de greve, manifestação e ocupação. A função da justiça e da polícia é a de sufocar os movimentos.

Os estudantes foram enquadrados no artigo 330 do Código Penal, que prevê detenção de 15 dias a 6 meses, e ainda por cima multa. Considerando que os “réus” têm bons antecedentes e não apresentam nenhuma patologia, o juiz determinou a “pena restritiva de direito”, a saber: multa de um salário mínimo a ser entregue a uma “entidade pública” (filantrópica).

Pelo visto, aplicou-se a mesma penalidade atribuída àqueles que aceitaram a transação penal. O juiz se apoiou no fato de parte dos estudantes aceitar a transação para colocar os demais na condição de insubordinados à justiça, e impôs a mesma punição. A perda da primariedade será usada para pressionar os lutadores a não mais estarem à frente das lutas. Da mesma forma que a transação penal impunha a condição de bom comportamento.

O fundamental para a luta dos estudantes e dos explorados está em que os lutadores não se curvaram diante dos imperativos dos governos e da burguesia. Trata-se de fazer a denúncia de mais uma arbitrariedade judicial contra o legítimo movimento coletivo dos estudantes da Unifesp.

É preciso organizar um movimento pelo real direito de greve e manifestações. Lembramos que inúmeros estudantes da USP sofreram e sofrem processos pela mesma causa. Neste exato momento, o Deic mantém presos dois manifestantes do ato contra a Copa dos capitalistas. Está prevista uma ampla ação judicial-policial contra os Black Blocs e o MPL.

A tendência é de se ampliarem as reivindicações e de recrudescer a repressão. Essa é a lei da luta de classes, que não tem como ser contornada. Algumas medidas urgentes devem ser tomadas: constituir os comitês de luta e fortalecer os já existentes, reunir as informações sobre a repressão do último período e armar-se de um programa de combate ao capitalismo.

É preciso forjar uma direção revolucionária no seio da luta. Nossa tarefa estratégica é a de construir o partido marxista-leninista-trotskista – esse é o principal e insubstituível instrumento de combate à ditadura de classe da burguesia.

Viva aos lutadores da Unifesp que mantiveram alto a bandeira do ensino público, gratuito e científico.

Abaixo as sindicâncias contra as estudantes mães da UNIFESP de Guarulhos!

Fim dos processos contra o movimento estudantil!

Em junho, além da sentença condenando lutadoras do movimento estudantil a pagarem salários mínimos ou reclusão de 15 dias (processo judicial contra a ocupação da Diretoria Acadêmica em 2012), a burocracia universitária do campus Guarulhos abriu quatro novas sindicâncias contra as mães estudantes do Movimento por creche. Estas mães também participam do movimento estudantil da UNIFESP Guarulhos. O diretor acadêmico Daniel Vasquez alega para abertura do processo “afirmações mentirosas e ofensivas contra o servidor público”. Refere-se à reunião da Congregação do mês de fevereiro, em que o diretor comparou a ação das mães de levarem seus filhos à reunião com mulheres que levam as crianças aos prostíbulos. Não precisamos nem comentar o que esta comparação significa em termos de preconceito e banalização da realidade social.

O movimento estudantil em apoio ao movimento por creche deve se atentar para o fato de que a burocracia universitária tem combatido as reivindicações da greve de 2012, isto é, desde as reivindicações mais básicas, como a de um prédio para estudar, a direitos sociais como o de ter creche para as mães estudantes e trabalhadoras da Universidade e da comunidade. Foi correta a atitude do movimento de creche de denunciar

o burocrata, que este semestre abriu mais duas sindicâncias contra outros dois estudantes, uma delas do movimento estudantil. A Diretoria, mesmo sem ter provas, insiste em acusá-la por uma pichação porque no dia do evento ela havia solicitado a quadra. Na UNIFESP de Guarulhos, os estudantes, para realizar qualquer atividade no espaço “público”, devem solicitar por meio de requerimento o seu uso!

Soma-se às sindicâncias o aumento do controle social sobre estudantes e trabalhadores, a cada andar do prédio há um segurança e cobra-se também na entrada o crachá para acessar a Universidade. Verifica-se que as sindicâncias abertas têm como objetivo criminalizar o movimento estudantil, tentando intimidar os estudantes que questionam politicamente a Diretoria Acadêmica que impõe os seus interesses ao conjunto dos que estudam e trabalham. Os estudantes devem responder aos ataques e processos do Estado e da burocracia universitária com a reorganização do movimento estudantil por suas reivindicações ainda pendentes, denunciando o papel que cumprem os burocratas na condução da instituição. Contra os interesses da maioria, a burocracia ataca os lutadores e legitima a universidade de classe preconceituosa e excludente.

Moção em defesa da liberdade imediata de Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi



Ao governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi foram presos no dia 23 de junho no ato contra a copa. As acusações imputadas são por associação criminosa, porte de explosivos, incitação à violência, resistência à prisão e desacato à autoridade. A justiça negou o Habeas corpus e decretou prisão preventiva e os dois seguem detidos na cadeia de Tremembé, interior de São Paulo.

Fábio foi preso dentro do metrô quando o ato já havia acabado. Sua mochila foi revistada e as câmeras do metrô mostram que não possuía nenhum artefato explosivo. Nunca teve envolvimento com os black blocs, como diz a polícia e a mídia. É réu primário, é funcionário e estudante da USP e ativista político. Rafael é professor de inglês e ex-policia militar.

Sr. Governador Geraldo Alckmin, a ação disciplinar da po-



lícia ao prender Fábio e Rafael, enquadrados como criminosos, descaracteriza o movimento que luta por reivindicações (educação, saúde e moradia) e fere um direito democrático à livre manifestação, que deve ser assegurado a todos. Fábio e Rafael são presos políticos, não são criminosos.

Vimos por meio dessa moção reivindicar que o Sr. governador liberte imediatamente Fábio e Rafael e que não recaia sobre os mesmos nenhum processo criminal. Reivindicamos ainda que aceite a legitimidade das manifestações.

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

Sindicato/Entidade _____

Assinatura _____

Jow Pack não faliu! Continua explorando os operários

Com essa história de falência, que vendeu a fábrica para outro dono, a Jow Pack vai enrolando os operários. A fábrica continua em pé e contratando gente, por salários menores, é claro! Economiza mais ainda quando coloca restrições para dar a cesta básica e o vale transporte.

Os trabalhadores mais velhos dizem que aceitam essa exploração porque ainda não acharam emprego melhor. Os mais novos dizem que aceitam por causa da rotatividade aí fora. Uma minoria afirma que sofreu acidente de trabalho em outros lugares e não pode ficar parada.

O concreto é que tem coisa errada. Todos sabem que estão sendo superexplorados. Por outro lado, os preços estão aumentando, principalmente dos alimentos, do aluguel, das tarifas públicas, da condução, da água e da luz. Quanto aos salários, por sua vez, ninguém toca no assunto de quando sofrerão reajuste.

Não dá para sobreviver dessa forma. Os empresários têm como sobreviver às crises econômicas. Falam de falência, mas, na realidade, é tudo ao contrário. Sempre estão amparados pelos governos, com

isenção de impostos e propagandas mentirosas. Basta ver que, hoje, tudo gira em torno da Copa. Milhões são gastos para acobertar a falta da saúde, da educação, da queda do número de empregos, dos salários rebaixados. Daqui a alguns meses, será a vez das eleições, que continuarão enganando o povo.

Não podemos fazer vista grossa aos nossos problemas. Precisamos nos organizar, para mostrar que somos pessoas de carne e osso, que precisamos de salário vital para poder sobreviver junto com nossa família. Precisamos de reajuste de salário e devolução dos benefícios cortados.

Os sindicatos afirmam que vai começar a campanha salarial. Vamos aproveitar para discutir com nossos colegas nossas necessidades e prioridades.

As nossas necessidades mais sentidas, nossas reivindicações, são a base para nos unirmos diante da exploração patronal, com nossos métodos próprios de luta. É por esse caminho que nos defenderemos da superexploração do trabalho que pretendem impor.

Lançamento do livro do Tonhão: uma história de lutas

No dia 07/06, ocorreu, em Diadema, o lançamento do livro escrito pelo camarada Tonhão. A obra procura relembrar as fases de luta do companheiro em várias regiões de SP. Lembra os principais embates desenvolvidos em Diadema, desde a luta pela moradia até inúmeros conflitos na educação. Destaca a fase de construção do PT, de luta interna para construção do avanço dos movimentos sociais, até a sua ruptura. Foram várias polêmicas travadas com a direção petista majoritária, que sempre priorizou a política burguesa eleitoralista, a partir do “acúmulo de forças” vindo das pressões parlamentares ocorridas na Câmara de Vereadores de Diadema. Tonhão chegou a ser vice-prefeito, sempre se destacando como organizador e apoiador das lutas dos oprimidos.

Na época, as correntes de esquerda minoritárias no PT priorizavam os movimentos de ocupação na luta pela construção das moradias. O debate parlamentar se dava em torno da legalização e urbanização dos bairros de Diadema que estavam sendo construídos. A resistência aos despejos era um método condenado pelas correntes. Vila Socialista foi o exemplo. A resistência foi uma necessidade das 2 mil famílias que não tinham para onde ir. Além de mortes e prisões, a direção majoritária ajudou a expulsar os vereadores que apoiaram a resistência. A ruptura com o PT na década de 1990 foi um marco necessário de denúncia do seu aburguesamento.

Na década seguinte, as lutas na educação aumentavam. Um duro embate desenvolvido pela vanguarda foi na greve dos professores estaduais contra Covas/PSDB, no ano de 2000. O movimento foi violentamente reprimido, resultando em prisões, demissões e processos administrativos de quatro companheiros. Até hoje, Tonhão luta pelo seu direito à aposentadoria especial que foi cassada com essas penalidades do estado burguês. Sua história é valiosa para todas as gerações que lutam. Tonhão é reconhecido pela sua prática classista. A ação individual ou de grupo desvinculada das massas, por mais combativa que seja, não ajuda a vanguarda no sentido de compreender a necessidade de por em pé uma direção revolucionária/partido para enfrentar a burguesia nacional e imperialista.

No ato do lançamento do livro, compareceu a vanguarda classista que sempre esteve junto nos combates ao longo desses anos. Mesmo os que faltaram mandaram uma saudação. Participaram pessoas individualmente (não organizadas); militantes organizados em correntes políticas, e até os amigos que continuaram no PT ou voltaram para ele, apesar das críticas desfechadas por Tonhão.

Chamou a atenção como Tonhão ainda é ligado às experiências individuais, ainda que reconheça a necessidade de construção de um partido revolucionário no Brasil para enfrentar o capital. Chamou representantes dos agrupamentos para fazer saudação e agradeceu a todos os militantes que individualmente ajudaram na edição do seu livro. Fez uma saudação a Guilherme Lora e Vilma Plata, como membros do POR Boliviano que ele conheceu quando esteve na Bolívia.

Nós, poristas, sempre atuamos ao lado do companheiro em todas as batalhas. Impulsionamos várias formas de agrupamentos frentistas, desde as ocupações, chapas sindicais, até a formação de Comitês contra as repressões. Sempre procuramos mostrar a importância do marxismo, como método para transformar a realidade. Em cada luta instintiva, muitas polêmicas foram travadas. A negação ao marxismo do nosso tempo, o trotskismo, é uma concepção que impede o avanço da consciência da luta geral contra o capitalismo. A luta contra o PT aburguesado trouxe e traz rachas diários em suas fileiras. Qual a lição que a velha geração tirou desse processo histórico e vai levar para a juventude? A minoria que não sucumbiu às disputas interburguesas sabe que é preciso construir um partido revolucionário. Sabe que não basta fazer denúncias, protestos e ações nas ruas, se não estiverem ligados ao objetivo histórico de destruição do capital. Que os trabalhadores carecem de uma direção revolucionária. Que a resistência ao capital não é um ato individual. É uma obra coletiva, o partido, que deve ser construído a partir do programa, da crítica e da autocrítica.

Assim, qualquer registro histórico não pode deixar de mencionar a importância da construção do partido programa. Essa é uma página da história que falta na vida de muitos lutadores. Se for acrescentada, dará continuidade à luta que derrotará o capitalismo.

Ceará**Os operários da obra da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) em greve radicalizam a luta contra os patrões**

Os sete mil operários da construção pesada da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no município de Caucaia (região metropolitana de Fortaleza), entraram em greve em 24/06/14, contra o descumprimento do ACT - Acordo Coletivo de Trabalho (pagamento de horas extras, “in itinere” - período em que o trabalhador passa se deslocando da casa para o trabalho e vice-versa -, ajuda de custo nessas viagens, plano de saúde para os dependentes, pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) e melhorias nas condições de trabalho) pela Posco Engenharia & Construção do Brasil (construtora coreana).

No dia 26/6, os operários protestaram em frente à obra, pois os trabalhadores bloquearam a entrada e radicalizaram a luta, pois queimaram três carros e quebraram dez veículos da construtora, inclusive um carro autobomba-tanque (de maior porte), do Corpo de Bombeiros. A PM reprimiu violentamente, através do Comando Tático Motorizado (Cotam), que atua contra as manifestações e greves do proletariado. Prendeu 66 operários, que foram levados para a Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante. A delegada estipulou uma **fiança de R\$ 47 mil** para os 66 presos, e indiciou os mesmos pelo protesto na obra realizado. Ou seja, todos foram autuados em flagrante por crime de dano ao patrimônio.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado do Ceará (Sintepav-CE), filiado à FORÇA SINDICAL/PROS pagou o valor e o grupo foi liberado após encerramento do inquérito. A direção do sindicato veio condenar a radicalização da luta dos operários.

Os operários estão reagindo à exploração do trabalho imposto pelos capitalistas. E, ao mesmo tempo, sentem na pele o aumento do custo de vida, seus salários não acompanham a subida dos preços dos alimentos e alugueis. A resposta dos patrões e do estado foi com

prisões e repressão contra a greve. Para derrotar a intransigência dos exploradores e seus aliados, que são os governos Dilma/PT/Cid Gomes/PROS/ Washington Gois/PRB, é necessário radicalizar a luta e unidade com as demais categorias em campanha salarial, e movimentos contra a copa bilionária da burguesia.

Lições do levante operário nas obras da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP)

O complexo Industrial e portuário do Pecém, fica em São Gonçalo do Amarante (região metropolitana de Fortaleza). A empresa *Posco Engenharia & Construção do Brasil*, é a responsável pela execução das obras de construção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Os operários contratados são explorados sem piedade. O Sintipav (sindicato da construção pesada) alega que os patrões suspenderam as negociações há 20 dias e que tiveram de recorrer ao Ministério Público. O Sindicato da construção civil (STICCRMF), ligado ao Conlutas, que também dirige a greve, pede a volta das negociações. O Sintepav lançou nota pública repudiando a ação radical dos grevistas. A julgar pela condenação dos Black-blocs, não é difícil imaginar que o sindicato da Conlutas tenha também postura similar.

As lições destes acontecimentos são duas: 1) a classe operária tem rompido em alguns setores, o cerco da burocracia sindical que tudo faz para estar nas mesas de negociação com os patrões em busca de migalhas, ao custo de sua total passividade. E 2) vai desenvolvendo-se uma etapa da luta de classes onde os instintos de revolta e as rebeliões do proletariado criam as condições favoráveis para a penetração das idéias revolucionárias.

Viva o levante operário do Pecém!

Liberdade imediata de todos os detidos sem nenhuma fiança!

Pela vitória da greve dos operários da construção!

Rondônia**Greve dos servidores municipais de Alto Alegre dos Parecis**

A greve dos servidores municipais da educação, saúde e obras do município de Alto Alegre dos Parecis começou no dia 25 de março e terminou no dia 12 de junho, e foi encerrada pelo desgaste de uma greve longa. Mesmo com todo desgaste, deixou uma importante lição: marcou a luta pela unidade dos servidores e apoio da população pobre do município, notadamente do movimento camponês.

Enquanto os lutadores contam apenas com a força da unidade dos grevistas e o apoio da população pobre do município, o prefeito Obadias, ao se sentir constrangido, buscou quebrar a greve, mesmo diante da pressão das massas. Para isso, contou com o apoio da justiça burguesa e lançou mão de uma “Medida Cautelar”, que limita o direito de greve. Essa medida determinou uma multa diária sobre o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Zona da Mata (SINSEZMAT), no caso de descumprimento, de uma multa que poderá chegar ao total de R\$ 50 mil.

Uma segunda e extremada ação do prefeito foi tentar quebrar a greve por meio do corte do salário dos servidores, inconformado quanto ao fato da medida cautelar não os ter amedrontado.

Os servidores resistiram às pressões sobre a greve e ao corpo mole dos dirigentes sindicais por 80 dias, mesmo após corte do salário. Para

enfrentar a situação e manter a greve, contaram com a ajuda de cestas básicas financiadas pelo SINSEMAT, pressionado pela população solidária e que apoiou a greve dos servidores.

Após 80 dias, a greve se esgotou, enfraquecida, de um lado, pelas pressões e ameaças de desligamento definitivo da folha, que significa demissão, e, de outro, pela inoperância da burocracia sindical e da CUT, que se tem limitado a distribuir Carta Aberta à população, deixando de lado a ação direta, método da classe operária. É preciso destacar ainda o isolamento da greve pelas demais entidades de luta do Estado, como CTB e outros movimentos sociais. A **Corrente Proletária da Educação** atuou no seio da luta, defendeu intransigentemente os lutadores e mostrou a importância dos métodos como ocupações, bloqueios, etc. e da unidade dos explorados para arrancar as suas reivindicações. Mas, uma greve longa foi vencida pelo cansaço e conciliação das lideranças traidoras, e a base retornou aos postos de trabalho de “mãos vazias”, com a esmola de R\$ 25,00 incorporados ao salário.

O esgotamento da greve mostrou a necessidade de construção de uma direção revolucionária, que trabalhe incessantemente pela unidade dos movimentos ao redor das reivindicações e com os métodos da luta de classes.

Derrotar a intransigência e repressão sobre a greve das estaduais paulistas

Após 5 semanas de greve, os reitores das universidades estaduais paulistas se mantêm intransigentes quanto às reivindicações de funcionários, professores e estudantes, insistindo no reajuste ZERO, sob o pretexto da crise orçamentária. Ao mesmo tempo, governo e reitor da USP tomam iniciativas para justificar a intransigência: o Tribunal de Contas do Estado e a reitoria realizam suas auditorias nas contas na universidade. Todos sabemos qual será o resultado delas: concluir que os salários são a causa da crise e que é preciso fazer cortes de gastos, buscar verbas na iniciativa privada, e cobrar mensalidades dos estudantes. Contra essa farsa montada para privatizar, elitizar e precarizar ainda mais a universidade, é preciso que os que estudam e trabalham tenham uma posição independente: convocar a assembleia geral universitária para investigar as contas da universidade, determinar qual deve ser o orçamento que atenda às reivindicações dos três setores (que deve ser totalmente garantido pelo Estado), julgar a casta burocrática corrupta e privatista, expulsando-a do poder e colocando em seu lugar um governo tripartite, eleito com voto universal, mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

A greve mais forte dos funcionários, mas sem a mobilização massiva dos estudantes

A greve dos funcionários da USP este ano é a mais forte das últimas décadas. As assembleias são as mais cheias, com milhares, e as manifestações contam com ativa participação. Há uma iniciativa de buscar as ruas para levar a luta para fora da universidade, como aconteceu no dia 26/06, com um tranço no portão da universidade, bloqueio da Rua Alvarenga e ida até o Palácio dos Bandeirantes. No mesmo dia, compuseram um protesto na Avenida Paulista contra as prisões de Fábio Hideki (estudante e funcionário da USP) e Rafael Marques, presos no último dia 23.

A greve dos funcionários não conta, porém, com uma participação massiva dos estudantes, como aconteceu em 2000, quando estes estiveram à frente da greve de 51 dias. Apesar de haver uma tendência geral de mobilização estudantil no país, os estudantes da USP não têm comparecido às atividades da atual greve. Não existe movimento de estudantes direitistas exigindo aulas, como em outras ocasiões, mas o apoio estudantil à greve é passivo. Isso é resultado da política da direção do movimento, no que contou com apoio da maior parte da oposição.

Desde fevereiro, o reitor Zago anunciou a crise orçamentária, o congelamento salarial e o corte de verbas. A direção do DCE da USP (PSol/PSTU) se recusou a convocar uma assembleia para discutir uma resposta a esses ataques. Pior, sabotou as iniciativas de CAs da FFLCH, que tentavam organizar um assembleia da unidade aberta a estudantes da USP para discutir e responder à crise. E foi além: convocou um Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) para aprovar uma pauta de reivindicações (algumas delas contrárias às decididas nas assembleias estudantis) e levá-la ao reitor para negociar. Diante do fechamento da EACH (USP Leste) por contaminação (rea-

lizada pela própria burocracia) e da mobilização estudantil na unidade, a manteve isolada das demais, e permitiu com isso que a burocracia universitária fatiasse a unidade em pedaços, espalhados pelos campi da USP e na Unicid, alugada em benefício do capitalista da educação.

No momento da data base de professores e funcionários, verificou-se uma disposição de luta contra o congelamento salarial. Essa disposição é parte da tendência geral grevista, que teve seus pontos altos nas greves de garis do Rio de Janeiro, rodoviários por todo o país e metroviários de S. Paulo. Diante da greve iminente de funcionários e professores, a direção do DCE, com apoio das esquerdas, convocou uma assembleia para aprovar apenas e tão somente uma greve de apoio a funcionários e professores, sem pauta própria, e integrada ao calendário estabelecido pelos sindicatos. Naquele momento, a Corrente Proletária (POR) e independentes foram os únicos a se manifestar em defesa da discussão e deliberação das reivindicações da greve.

Com a universidade paralisada pelos funcionários e professores, os estudantes se retiraram para suas casas. E não voltaram mais, a não ser para entrega de trabalhos e provas, que prosseguem apesar da greve de professores.

PSTU e PSol rompem com a assembleia estudantil

A assembleia do dia 18/06 foi convocada para uma unidade que não estava em greve, a Faculdade de Direito, contra a posição da Corrente Proletária, que defendeu assembleia em frente aos blocos K e L não devolvidos pela reitoria à moradia. Distante do campus Butantã, onde a greve está mais forte, e numa data de início de férias, o comparecimento foi baixo. Não havia quorum estatutário (375 presentes). Nos informes, foi lida uma carta denunciando a agressão sofrida por militantes do POR e independentes pelo PSTU no ato do dia 12/06 (vide jornal Massas 478). E foi proposta uma resolução de condenação da agressão de companheiros pelo PSTU para impor sua política. Foi dado direito de resposta ao PSTU, que o gastou em falas que se referiam à repressão sofrida pelos metroviários e ao cerco policial à manifestação do dia 12, sem em nenhum momento se referir à agressão. E propôs que se discutisse, ao invés da resolução sobre agressão, a conjuntura do dia 12. A mesa propôs que se discutissem os dois pontos. A partir daí, o PSTU passou a reivindicar que se votasse se a agressão seria discutida ou não. A mesa encaminhou a votação e o resultado foi empate: 92 a 92 e 17 abstenções. Diante do empate, a mesa propôs fazer a recontagem. Foi então que o PSTU tomou a palavra e anunciou que rompia com a assembleia e se retirava. No que foi seguido pelo PSol. A assembleia decidiu então encaminhar uma resolução de repúdio à atitude do PSTU e PSol, indicar a discussão da agressão para a próxima assembleia e reivindicar dessas correntes que dirigem o DCE que compareçam para defender suas posições, mantendo a unidade do movimento. A seguir, discutiu o calendário de lutas da semana.

Na semana seguinte, os CAs foram surpreendidos com a convocação de um CCA para o dia 28/6. A surpresa é pelo fato

da Assembleia do dia 10/06 ter decidido pela não convocação de CCAs durante a greve, reconhecida na reunião do comando de greve posterior pela direção do DCE. Pelo que se vê, a direção do DCE decidiu passar ao boicote das assembleias e sua substituição pelo controlado CCA. A assembleia do dia 26/6 não contou com a participação do PSTU e MES (PSol), apesar de contar com o RUA (PSol), que integra a direção do DCE. O boicote à assembleia justamente no momento em que há um estudante da USP preso é mais uma atitude criminoso da atual direção do DCE.

À procura de saída do impasse

A intransigência dos reitores e do governo diante da greve obriga a buscar medidas de força para pressionar por uma negociação. A assembleia estudantil do dia 26 não tinha quórum, nem a maior parte da direção do DCE (PSol/MES). O RUA comparaceu, mas para defender que não houvesse mais assembleia durante as férias e para se opor à proposta de formação de uma comissão de mobilização diante do esvaziamento do comando de greve.

A Corrente proletária apresentou as seguintes propostas, que foram aprovadas: reafirmação aos professores da necessidade de convocar uma assembleia dos 3 setores; indicar aos 3 setores rechaçar as auditorias da reitoria e do tribunal de Contas e a necessidade de apuração independente da suposta crise orçamentária da USP; indicativo de incorporação dos estudantes da USP à plenária dos movimentos sociais contra a repressão (a data ainda será marcada). Que o comando divulgue e convoque a reunião; incorporação ao encontro dos cursinhos populares, com indicativo para os CAs contribuírem financeiramente com o encontro; criação de um comando de mobilização provisório para organizar as atividades imediatas até a próxima assembleia com quórum; indicativo a todos os movimentos: protesto unificado contra o Alckmin dia 09/07, no desfile do Ibirapuera.

O objetivo das propostas é buscar uma mudança de rumo na greve. Ou os estudantes voltam a ocupar a cena com mobilizações massivas, ou se abre a possibilidade de o governo impor a derrota ao movimento por meio do desgaste.

Comando de greve de não grevistas

A formação de um comando de greve deveria expressar a mobilização nos cursos. A Corrente Proletária defendeu que se favorecesse no comando a eleição de delegados dos cursos em greve e que os demais poderiam participar apenas com dois delegados por curso. Isto porque não tem cabimento um comando de greve com maioria de não grevistas, como ocorreu em 2013. Mas essa proposta perdeu. Inicialmente, o comando teve uma ampla delegação de cursos não grevistas. Para piorar a situação, nos cursos em greve não se agrupavam mais que algumas poucas dezenas nas assembleias. Os delegados eleitos têm mandato de no máximo duas semanas. A tendência do comando é de se esvaziar. Por isso, a Corrente Proletária defendeu a constituição de uma comissão de mobilização até que se possa ter quórum nas assembleias novamente, de forma a organizar as atividades de greve.

O aceno da reitoria: NADA, em troca do fim da greve

Os reitores apresentaram no dia 25/06 uma proposta ao

Fórum das Seis (que agrupa os sindicatos de professores e funcionários): adiamento da data base para setembro/outubro, formação de uma comissão entre reitoria e sindicatos para “acompanhamento do desempenho da arrecadação do ICMS”. Ou seja, nada, em troca do fim da greve. Uma comissão integrada pela reitoria e para arregimentar os sindicatos a apoiarem medidas de cortes de gastos. A proposta foi rejeitada pelos sindicatos.

A sinuca da Assembleia Legislativa

O Fórum das Seis coloca como objetivo do esforço da mobilização grevista a votação na assembleia legislativa do aumento da porcentagem do ICMS destinado às universidades, de 9,57% para 11,6%. Organizaram até agora duas manifestações no parlamento, que contaram com algumas centenas de pessoas. No próximo dia 01/07, haverá a votação do orçamento. O que quer dizer que será jogado todo peso para levar gente ao parlamento que, muito provavelmente, não votará o aumento de verbas pretendido para as universidades. Diante da intransigência do governo e parlamento, é preciso rejeitar a tese de que não há possibilidade de mais verbas, portanto não será possível a greve conquistar o aumento salarial. Colocar como objetivo do movimento a pressão parlamentar é nomear os deputados coveiros da greve.

Retomar a iniciativa política

A possibilidade da greve avançar e pressionar os reitores/governo depende de responder à ofensiva privatista e precarizadora do ensino com unidade entre os três setores e independência diante da reitoria/governo.

É preciso responder à suposta crise orçamentária da USP de forma independente da reitoria/governo. Os estudantes e trabalhadores devem tomar em suas mãos a tarefa de investigar as contas da universidade. Com essa iniciativa, poderão mostrar a corrupção e favorecimentos feitos pela casta corrupta e privatista a mando do governo. Apontarão as reais necessidades da universidade, mostrando o orçamento necessário para atender as reivindicações. E poderão julgar a burocracia, varrendo-a do poder e em seu lugar instalando um governo dos três setores, um governo tripartite.

A proposta de cobrança de mensalidades deve ser respondida com a defesa do ensino público e gratuito a todos. O que leva à defesa da estatização sem indenização de toda a rede privada e controle coletivo pelos que estudam e trabalham. Essa proposta foi aprovada como bandeira na assembleia, mas foi até agora deixada no papel. Tem de se materializar numa campanha nas ruas.

As medidas de força que o movimento pode vir a tomar devem servir como pontos de apoio para trazer a massa estudantil às manifestações. A tendência geral de luta colocada pela situação política e crise capitalista se mantém. É preciso abrir canais para que se expresse a maioria estudantil. Em movimento, levarão as bandeiras unitárias para as ruas e ganharão apoio da população assalariada. A mobilização massiva encontrará o caminho da unificação com os demais movimentos, superando o corporativismo das direções. É nessa perspectiva que a vanguarda revolucionária deve apostar.

Nesta Edição:

- Governo e reitores intransigentes quanto ao congelamento salarial. A resposta tem de ser dada nas ruas!

Boletim da

24 de Junho de 2014



Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - S. Paulo - SP - proletariaestudantil@yahoo.com.br

Governo e reitores intransigentes quanto ao congelamento salarial. A resposta tem de ser dada nas ruas!

A greve das universidades estaduais paulistas completou um mês. O Conselho de Reitores (Cruesp), a mando do governo Alckmin, tem se negado a negociar. Reafirma o reajuste ZERO, sob o pretexto da crise orçamentária. Os estudantes aprovaram uma pauta com 5 eixos, ainda genéricos quanto à permanência e cotas, e que não inclui a resposta à crise orçamentária.

A reitoria e o governo estão com a iniciativa política. Acionaram o Tribunal de Contas e contrataram uma empresa para fazer suas auditorias nas contas da USP. Por esse caminho, pretendem apresentar que a crise orçamentária teria suas causas nos salários de docentes e funcionários e será respondida com arrocho salarial, cortes de gastos e busca de recursos privados. A casta burocrática corrupta e privatista e o governo jamais poderão fazer uma apuração verdadeira das contas da universidade, pois são juiz e parte ao mesmo tempo.

Cabe aos que estudam e trabalham tomar em suas próprias mãos a resposta à crise orçamentária: convocar a assembleia geral universitária (dos três setores) que investigue as contas, determine as reais necessidades orçamentárias que atendam às nossas necessidades (que devem ser sustentadas totalmente pelo governo), **varra com a burocracia universitária autoritária, corrupta e privatista e imponha um governo tripartite** (universidade sem reitor e sem C.O.). Essa é a resposta independente dos que estudam e trabalham à crise, e é o meio para efetivar uma unificação real do movimento que leve ao atendimento das reivindicações dos três setores.

A negativa da Adusp em organizar a assembleia geral universitária tem raiz corporativista: a direção sindical dos professores se nega a se submeter a decisões coletivas, prefere o caminho dos acordos de cúpula no Fórum das Seis, onde tem preponderância. Reflete a condição de poder dominante na universidade. A realização da assembleia geral universitária depende da mobilização massiva dos estudantes, cuja pressão será capaz de quebrar o corporativismo e realizar a unidade com os professores não comprometidos com o poder burocrático.

A luta por mais verbas e a crise orçamentária

Os reitores já mostraram de que lado estão: diante da necessidade de mais verbas para a universidade, afirmam que os recursos são suficientes e que só é preciso melhor administrá-los. O que para eles significa arrochar salários e cortar gastos. Os reitores são inimigos da universidade pública e gratuita.

Os movimentos docente, de funcionários e estudantes têm rei-

vindicado a aprovação na Assembleia Legislativa o aumento do índice de 9,57% para 11,6% do ICMS para as universidades. Esta é a média de verbas concedida antes da implantação da chamada autonomia financeira pelo governo Quéricia, em 1988. Muitos estudantes rejeitam o aumento de verbas, afirmando que não adianta dar mais dinheiro para a casta burocrática corrupta e privatista. Por outro lado, é evidente que os recursos destinados à educação superior são pequenos, comparados à média de outros países. É evidente também que não será pelo lobby parlamentar que se conseguirão mais recursos para as universidades.

É por isso que a luta por aumento de verbas não pode ser dissociada da luta pelo controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham, e do método da mobilização massiva de rua para alcançá-las.

O grande problema para este momento é que, por conta da política seguidista da direção estudantil, os estudantes estão em posição de apoio passivo à greve docente e de funcionários, em casa, e sem estudantes não haverá manifestações massivas de rua.

Por isso, é preciso uma mudança de rumo da greve. Uma posição independente dos que estudam e trabalham em relação à burocracia e governo quanto à crise orçamentária é um primeiro passo nesse sentido.

Por uma greve realmente unitária

Os funcionários nessa greve têm sido o setor mais mobilizado e os estudantes têm se colocado em apoio passivo. É preciso que os estudantes entrem em cena, buscando a unidade nas pautas e nos métodos, para que assim o movimento tenha força e se choque com a política burguesa de precarização e privatização do ensino público. Não é através da pressão parlamentar para aumentar uma porcentagem de investimento que os que estudam e trabalham conquistarão suas reivindicações. Não será por meio da unidade de cúpula, tipo dos sindicatos por meio do Fórum das Seis, que se derrotarão o governo e os reitores. É preciso a unidade real dos três setores, nas ações, nas discussões e nas deliberações, por isso insistimos na necessidade da Assembleia Geral Universitária.

Por que a direção do DCE só se empenha em cumprir as decisões do Fórum das Seis e não as das assembleias estudantis?

O Fórum das Seis reúne os sindicatos de professores e de funcionários das universidades estaduais paulistas, e tem como convidadas as entidades estudantis.

Desde a primeira assembleia dos estudantes da USP, a direção

do DCE (PSol/PSTU) se coloca a apoiar e incorporar as decisões do Fórum das Seis, sem discussão entre as bases, nem ao menos esclarecimento de suas pautas e calendários. Vide a primeira assembleia estudantil, em que foi aprovado o calendário do Fórum das Seis sem ao menos ser lido. E, na penúltima, onde foi aprovado o apoio às suas pautas sem que os estudantes nem soubessem quais eram.

O seguidismo da direção do DCE faz com que se empenhe apenas nas atividades decididas pelos docentes e funcionários, e deixe de lado as manifestações discutidas e decididas nas assembleias estudantis. Exemplo: o ato contra as demissões dos metroviários no dia 11/06, na Avenida Paulista, tirado na assembleia estudantil, foi esvaziado pelo corpo mole das correntes que dirigem o DCE.

A Adusp, que dirige politicamente o Fórum das Seis, insiste numa política de conciliação com a reitoria. Chega a chamá-la a se juntar à manifestação por mais verbas na Assembleia Legislativa, quando os reitores já manifestaram publicamente o apoio ao governo na manutenção das verbas atuais. A direção do DCE segue a mesma cartilha. Ambos temem que a mobilização massiva dos estudantes ultrapasse sua política e confronte as reitorias e governos com as reivindicações que expressam as reais necessidades (e não aquilo que se pode mendigar no interior do orçamento precário destinado à educação), e com os métodos de luta de massa.

Os estudantes estão insatisfeitos, mas não sentem neste movimento um canal para arrancar suas reivindicações. É preciso organizar a base dos estudantes, para discutir e deliberar a respeito da greve e conjuntamente com os trabalhadores da universidade protagonizarem um movimento que se coloque em choque com as medidas autoritárias e privatistas da reitoria, que sob o pretexto da crise orçamentária avança com a política de precarização e privatização da universidade pública.

PSTU e PSol rompem com a última assembleia

Na assembleia do dia 18 de junho, um dos militantes do POR que foi agredido por um militante do PSTU no ato do dia abertura da copa (12/06) leu um texto onde explicava o contexto da agressão e fazia uma avaliação política de tal. Após a leitura propôs que: o movimento estudantil da USP repudie as agressões cometidas no dia 12 pelos militantes do PSTU e exija deste partido um posicionamento público a respeito.

As agressões ocorreram no momento em que, diante da repressão policial, o PSTU evacuou o ato para dentro do sindicato, e quis fechar os portões deixando manifestantes black blocs e outros setores para fora, em meio ao cerco policial, entregando-os a repressão. Todo um setor da manifestação se opôs ao fechamento dos portões, o POR e independentes não permitiram que um dos portões fosse fechado. Ao segurar o portão, fomos provocados e agredidos. Militantes mulheres levaram empurrões, puxões de cabelo e foram esmagadas contra o portão e uma militante foi chutada por um militante homem de tamanho acima do normal (como os *bate-paus*, típicos das burocracias sindicais). Um independente levou uma gravata, foi jogado no chão e teve sua camisa rasgada. O caso mais agudo foi justamente do militante que fez a leitura do texto na assembleia, que também levou uma gravata e, ao cair no chão, levou um soco no nariz e rodeado tomou pontapés.

Na assembleia estudantil, após ter seu direito de resposta e não se posicionar diretamente sobre a agressão, o PSTU se opôs a

se debater o tema. Ao votar o encaminhamento, ocorreu um empate e muitas abstenções. Diante da proposta de nova rodada de defesa e nova votação, o PSTU alegou que era oportunismo votar novamente porque a mudança nas abstenções poderia mudar o encaminhamento, ou seja, poderia aprovar a discussão do tema, e então se retirou do plenário rompendo com a assembleia, no que foi seguido pelo PSOL.

A atitude do PSTU mostrou que não negam a agressão física como método para impor sua política no movimento. Para eles, a conjuntura pode justificar a agressão a militantes, ou seja, é permitida quando aplicada contra os black blocs ou contra aqueles que os defendam da PM. O PSTU caracteriza esse setor do movimento como provocador da repressão.

Contra a violência do Estado burguês devemos ser um só corpo. O PSTU violou esse princípio classista elementar no ato. E na assembleia deram um recado: que usarão esse método novamente.

Militantes homens do PSTU agrediram também mulheres que impediam o fechamento do portão. Até o momento, não há um pronunciamento das organizações feministas da USP (Frente Feminista, Marias Baderna). Estas devem se posicionar contra as agressões!

Os ataques a estudantes da Unifesp são ataques a todos os movimentos!

No último dia 17/06, a justiça condenou três estudantes da Unifesp de Guarulhos por desacato à ordem de reintegração de posse contra a ocupação da diretoria do campus em 2012. A pena foi de 15 dias de prisão, transformada em pagamento de cesta básica a entidade determinada pela justiça. A condenação das três estudantes é claramente um ataque ao movimento estudantil no seu conjunto. A justiça, a mando do governo, pretende utilizar a condenação das estudantes contra as ocupações e para brear a resistência à perseguição política do Estado contra as lideranças dos movimentos.

É preciso lembrar que a reitora da Unifesp (PSol) poderia ter retirado as acusações contra os estudantes e não o fez. Ela é responsável pelas condenações políticas!

Abaixo a repressão!! Libertação imediata dos presos políticos!! Nenhum processo sobre os lutadores!!

Na manifestação de 23/06 contra a copa, que tinha como eixo justamente a luta contra a repressão policial, os cercos aos movimentos, a legislação antigreve e a defesa da reintegração dos demitidos

políticos metroviários e rodoviários, a repressão foi reforçada e a polícia civil agiu em meio aos manifestantes para efetuar prisões. O professor de inglês Rafael Marques (o mesmo que sofreu tortura policial no último dia 12/06) e o estudante da USP Fabio Hideki Harano (acusado de portar um protetor contra gás) foram presos.

É preciso levantar todos os movimentos contra a repressão e o ataque ao livre direito de manifestação. Que sejam libertados imediatamente! Nenhum processo sobre eles! Fim dos cercos policiais às manifestações! Abaixo a legislação antigreve!



Paraíba:

Por que o PCR pensa ser o dono do DCE/UFCG?

A União Juventude Rebelião (UJR), corrente estudantil do Partido Comunista Revolucionário (PCR), está há vários anos dirigindo o DCE. Apoiando-se em laços de amizade, em uma política festiva e apostando na despolitização da maioria, conduz o movimento baseando-se em práticas burocráticas, apropriando-se do dinheiro dos estudantes e administrando a entidade de costas para as bandeiras estudantis, ignorando a necessidade de luta.

A educação pública em geral, e o ensino superior em particular, passam por um verdadeiro desmonte, como resultado da crise econômica e do avanço da privatização e da desnacionalização em curso, que condicionam a precarização do sistema público. São terríveis as condições de estudo atualmente, e os ataques tendem a se aprofundar. O movimento estudantil, diante da ofensiva, deve prezar pela elevação política de seus quadros e desenvolver uma política unitária para resistir aos ataques. Porém, o que a UJR tem feito à frente do DCE é promover a despolitização. A atual gestão prometeu basear-se em assembleias, mas o que vemos é a persistência das reuniões às portas fechadas e a resistência em fazer a prestação de contas.

Prática aparelhista da direção do DCE

O aparelhamento promovido pelo PCR se revela na quebra da democracia estudantil. As decisões são tomadas à revelia dos espaços coletivos de deliberação. Forma-se uma burocracia que se sente ameaçada por qualquer movimento que esteja fora de seu controle. Os independentes que entraram na gestão tendem a se alinhar e se corromper. Quem não se subordina à linha do PCR vai ficando de escanteio. Em vez de tratar o DCE como uma frente que deve refletir a diversidade de posições políticas no movimento estudantil, aplicando a liberdade de crítica e buscando a unidade na ação, o PCR não aceita crítica, não faz autocrítica e trabalha pelo isolamento das opiniões divergentes.

Outro elemento de aparelhamento diz respeito ao roubo descarado do dinheiro dos estudantes, seja para beneficiar sua corrente política, seja usando-o para interesses pessoais. As denúncias de uso ilícito do dinheiro são feitas e os membros do DCE nem se dão ao trabalho de rebater: está ocorrendo uma grande “naturalização” das práticas corruptas do PCR. No dia 25/06, depois de muita demora e enrolação, ocorreu o Conselho de Entidades de Base de Campus (CEBAC). Eram dois os temas de pauta: discussão sobre realocação dos espaços físicos dos CAs e prestação de contas. A direção do DCE manobrou a discussão e não deu solução a nenhum dos pontos. Diante da cobrança da prestação de contas, que estatutariamente é trimestral, o tesoureiro e ex-presidente do DCE, membro do PCR, conseguiu ganhar mais tempo (já são mais de 3 anos sem prestação) e marcou uma nova reunião para apresentar as notas. É importante ressaltar que a prestação de contas não diz respeito apenas a apresentar os gastos, mas decidi-los coletivamente e justificá-los.

Neste último CEBAC, instituíram um prazo, totalmente arbitrário, para que os CAs retirem o dinheiro referente ao repasse das carteirinhas. Segundo os burocratas, o CA que não for atrás do dinheiro vai perder o recurso, passando esse automaticamente para o DCE “fazer a luta”. Se assim é, porque não mostram onde está escrito isso no estatuto? Nós, da Corrente Proletária Estudantil, denunciamos a fábrica de fazer burocratas que é essa máfia das carteirinhas. Alegam que precisam do dinheiro para fazer “a luta”, mas não vemos a cor desse dinheiro, muito menos as lutas. Além das carteirinhas, o DCE ganha dinheiro com as ridículas festas pagas que promovem. Ao contrário de agilizar a luta, o dinheiro das carteirinhas está financiando a vida particular dos membros e amigos da direção do DCE – esse fato foi confirmado pelo atual tesoureiro, que confessou ter pago aluguel de seus amigos com o dinheiro dos estudantes.

Embora seja claro a todos que o PCR não expressa os interesses dos estudantes e não está à altura de organizar as atividades de forma combativa e independente, uma parcela da vanguarda mantém apoio a essa corrente, seguindo a política do “menos pior”. Na última eleição, estudantes de direita (PSB com uma ala da UJS) se organizaram para disputar a direção do DCE. Contudo, devemos ter claro que o desenvolvimento de um movimento combativo só será possível por meio da criação de uma oposição aos estalinistas do PCR, pois estes bloqueiam a luta, toda vez que seus interesses aparelhistas estiverem ameaçados.

Fortalecer a luta estudantil

O fortalecimento da luta não se dará pela substituição do PCR pelo PCdoB, como advogam os membros da União da Juventude Socialista (UJS). Essa corrente é governista, aliada do PSB – partido que organizou os estudantes de direita na última eleição – desde 2004. Em Campina Grande, é base do governo do PSDB e atua como correia de transmissão das políticas privatistas do governo federal, de modo que se mostra incapacitada a fazer a luta por independência e por autonomia universitária. Devemos acreditar em nossas forças e impor, via mobilização, as pautas estudantis. Embora a direção estudantil esteja nas mãos de burocratas, uma importante fração de estudantes vêm mobilizando-se de forma independente, partindo dos vários problemas concretos existentes na UFCG. Devido à sua representação ultraminoritária nos órgãos de poder da universidade, são obrigados a agir coletivamente para garantir seus direitos e conquistas. O movimento estudantil deve se organizar de forma democrática, baseando suas decisões nas instâncias coletivas de decisão. É preciso construir uma fração revolucionária e uma frente de luta baseada nas reivindicações e métodos de luta das massas, que ultrapasse a burocracia e rechace as correntes governistas.

Nesta edição:

- Ucrânia: Um episódio do avanço imperialista contra a Rússia
- Iraque: Um novo episódio do intervencionismo imperialista
- Bolívia: Viva o 79º aniversário do Partido Operário Revolucionário
- Refutação de Guillermo Lora às críticas de Nahuel Moreno

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Guerra civil na Ucrânia:

Um episódio do avanço imperialista contra a Rússia

A um mês das eleições, a Ucrânia segue submersa em uma guerra civil. O imperialismo reconheceu como “transparentes” e “legítimas” as eleições que contaram com apenas 38% de votantes. Mais de 50% desse total é formado pelas regiões do Donbás, onde combatem as forças militares enviadas por Kiev. Na realidade, as eleições são uma formalidade para encobrir “legalmente” uma coalizão de governo já imposta pelo golpe de estado de fevereiro, organizado pelo imperialismo. A fraude eleitoral impõe ao governo um apoio que precisa defender dos movimentos “extremistas”, seja sob formas mais disfarçadas (assessores militares, equipes técnicas, financiamento, etc.), seja sob formas mais diretas (mercenários da CIA atuando na repressão contra eles, etc.).

Piotr Poroshenko obteve 55,9% dos votos. A ex-primeira ministra, Yulia Tymoshenko, 12,9%. Não se apresentaram candidatos pelo leste, que impulsionaram um referendo para sua separação da Ucrânia e seu reconhecimento como estados autônomos à ONU. Seu governo estará composto por todas as tendências pró-imperialistas que hegemonizaram a Praça Maidán; incluindo as de ultradireita fascista. Quem é Poroshenko? Um representante da oligarquia ucraniana contra a qual supostamente se alçaram as massas em Maidán. Acontece que as massas pequeno-burguesas do oeste, ausente o proletariado como classe independente e organizada em partido revolucionário, não podia escapar às forças políticas que expressam a oligarquização do estado. A chamada “revolução” resultou em uma mudança de um oligarca por outro.

O boicote do leste às eleições demonstra sua real força política e social no país. Sem essas regiões, nenhum governo poderá consolidar-se. Daí a urgência da derrota militar dos rebeldes. Uma coisa é certa: as eleições presidenciais deram conta de que Ucrânia já está dividida. Sua reunificação não poderá já operar-se por meio de combinações democráticas ou diplomáticas, isto é, sob a ditadura de classe da burguesia. Não desconhecemos que poderão ensaiar-se reunificações baseadas em compromissos políticos e certas concessões às regiões rebeldes, mas não tardarão em ir pelos ares, como já ocorreu desde o começo da crise, em 2012.

Enquanto a ofensiva imperialista contra a Rússia recrudescce...

O desembarque imperialista na Ucrânia se consolidou com o golpe de 22 de fevereiro. Mas começou muito antes, quando a CIA organizou a “revolução laranja” que levou Yulia Tymoshenko ao governo. Sob outras formas (eleições), se consolida assim o cerco militar e diplomático do imperialismo contra a Rússia. Já em 2008, o então embaixador dos EUA na Rússia, William Burns, informava que a Rússia via com preocupação o então ingresso da Ucrânia na OTAN. Nesses documentos, publicados no *WikiLeaks*, se diz que a situação georgiana, também prestes a entrar na organização, é “*demasiada instável para suportar o divisionismo que poderia causar o ingresso na OTAN*”. Meses depois, em agosto, o Exército da Geórgia atacou a cidade de Tsjinval, desatando a guerra civil.

A intromissão dos EUA e do imperialismo europeu nos assuntos internos de Ucrânia, organizando o golpe de estado e eleições fraudulentas, é quase uma declaração de **guerra contra a Rússia**. É um passo a mais na cadeia de acontecimentos criados pelo imperialismo para submeter as ex-Repúblicas Soviéticas. Esse método de “campanha política” foi utilizado pela primeira vez em Belgrado, em 2000, para vencer Slobodan Milosevic nas urnas. A “revolução laranja”, a queda de Yanukovich, o ascenso de Poroshenko ao governo de Ucrânia, o aumento da presença de bases militares da OTAN e o recente envio de bombardeiros estratégicos B2 à Europa, se inscrevem dentro desse plano.

...a oligarquia restauracionista capitula

Quando a esmagadora maioria do sul e leste (90%) da Ucrânia votou a favor da autodeterminação das regiões e reconhecer o governo surgido do golpe em Kiev, a ideia de uma Ucrânia unificada sob o mandato imperialista veio abaixo. Não restava outra saída para o imperialismo a não ser exigir do governo vassalo que recrudescesse a ação militar. Se o país não podia unir-se pela força de golpes institucionais, devia então impor-se a centralização autoritária pela via militar.

A negativa de que as regiões se submetessem ao referendo

sobre a autonomia, como exigia a Rússia, obrigou este país a retroceder para não criar mais pretextos ao imperialismo para ampliar a ofensiva militar no leste. De fato, a retirada de tropas russas da fronteira com a Ucrânia e a revisão da permissão da Rada russa de empregar tropas nacionais se se atacassem as populações do leste e sul indicam o começo de uma capitulação da Rússia frente ao imperialismo. Apesar desse retrocesso temporal ajudar Putin a negociar as condições de uma estabilização política na Ucrânia, não afastam o perigo intervencionista resultante das tendências mais profundas de ampliação do cerco sobre a Rússia.

O problema reside em que a rebelião do leste e sul assinala a impossibilidade da unidade nacional sob o roteiro imperialista. O imperialismo operou medidas econômicas para debilitar ainda mais a Rússia. Uma expressão desse processo é a fuga de capitais do país no valor de mais de 60 bilhões de dólares (um quarto das reservas internacionais do país). Esta pressão econômica divide ainda mais as frações da oligarquia restauracionista russa, dividida entre integrar-se ao plano imperialista, ou resistir a ele na medida de suas forças. O cenário mais favorável seria que os separatistas abandonem seus planos e aceitassem centralizar-se a Kiev, o que é pouco provável. Enquanto a rebelião no leste e sul não configurar uma verdadeira rebelião operária e popular, o imperialismo pode operar por cima de suas fronteiras nacionais e opor uma região contra a outra na perspectiva de fechar o cerco sobre a Rússia.

As forças da restauração capitalista recrudescem

A guerra civil na Ucrânia tem um palco de operações interno, essencialmente militar, e outro externo, baseado nas combinações e manobras diplomáticas. Ambas, no entanto, são expressões de um mesmo fenômeno histórico: a luta do imperialismo para soldar um novo elo da restauração capitalista. Sua expressão concreta, no caso ucraniano, é a de afogar a Rússia dentro de suas fronteiras, racionar “o espaço vital” de suas oligarquias burguesas e obrigar-lhes, finalmente, a se

Iraque:

Um novo episódio do intervencionismo imperialista

Em 2013, os enfrentamentos entre sunitas e xiitas no Iraque deixaram mais de 6 mil mortos, mais que o dobro de 2012. Dezenas de atentados em mercados, paradas de ônibus, estações e postos do exército foram registrados em todo o país. Quatro forças disputam o controle dos restos do falido estado iraquiano: o exército, as tribos locais, o *Estado Islâmico do Iraque e do Levante* (EIIL-sunita) e as forças da oposição reunidas no Conselho Militar das Tribos. O governo de Nouri al-Maliki (xiita), um títere das potências, foi incapaz de frear a guerra civil depois da retirada das tropas norte-americanas em 2011.

O crescimento dos atentados e o fortalecimento em território iraquiano do EIIL, uma cisão da Al-Qaeda, se potenciou sobre a base do descontentamento da etnia sunita afastada do poder uma vez derrotado Hussein, também sunita. Esta representa 20% da população do país e é duramente perseguida pelo governo xiita. Vivem em condições quase sub-humanas,

incorporar ao “mercado europeu” e entregar o poder do Estado russo aos agentes imperialistas. Só a constatação do crescimento da presença militar da OTAN serve para comprovar a justeza dessa afirmação. Esse cenário está determinado pelas leis históricas de decomposição capitalista e a necessidade de redividir o mundo. Por enquanto, um choque inter-imperialista está atenuado enquanto existem espaços a serem conquistados pelo capital, que podem servir de válvula de escape para as contradições capitalistas. E faltam ainda as condições para realizar a divisão pela força.

A esta resolução, além disso, se lhe opõem as tendências de avanço da luta de classes. As mudanças táticas e as manobras entre as potências estão por isso na ordem do dia. A guerra civil comparece como um campo de onde se avaliam os meios mais eficazes para levar a cabo estes planos. Definitivamente: trata-se da rebelião das forças produtivas da humanidade contra o envoltório dos Estados nacionais e a propriedade privada. Estando ausente o proletariado organizado como classe consciente e independente, como verdadeiro motor da revolução social e da transformação da propriedade privada em coletiva, estas forças explodirão em um recrudescimento das tendências bélicas.

Esta perspectiva realça a importância de constituir no seio da vanguarda que se levanta e se forja na luta de classes o partido revolucionário. Sob novas condições, esta vanguarda trilharia a via para transformar a luta contra o governo pró-imperialista e a próxima rebelião das massas do oeste contra os ajustes idealizados pela troika europeia, no motor de uma mobilização nacional unitária contra os ajustes, os governos títeres e o imperialismo. Só a intervenção de um partido marxista-leninista-trotskista poderia transformar as condições de guerra civil em guerra civil entre as classes, contra a burguesia e esmagar o imperialismo e seus servís agentes políticos internos. Só um governo operário e camponês tornará realidade “*uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente*”.

são expulsos de seus trabalhos e suas terras, e estão impedidos de ter representações políticas no governo do país e no aparato do Estado. O agravamento da crise econômica golpeou ainda mais duramente esta etnia, que organizou manifestações contra o governo e contra a carestia de vida.

Estas condições abriram uma via para a intervenção do EIIL. A partir de suas bases na Síria penetrou no norte do Iraque, apoderando-se rapidamente entre maio e junho deste ano de vastas zonas das cidades de Ramadi e Fallujah, na província de Anbar (30% do território iraquiano). Apoderou-se, além disso, de fundos bancários pelo valor de 429 milhões de dólares em dinheiro (que lhe permitiria pagar todos os seus combatentes por um ano), de poços de petróleo e reservas de água. Seu rápido desenvolvimento reflete, principalmente, a confusão, a desagregação social e o descontentamento popular das regiões de maioria sunita. Fallujah e Ramadi foram, além

disso, os bastiões da insurreição e resistência armada contra a invasão ianque. Foi ali, além disso, onde as tropas invasoras sofreram um terço de suas baixas.

Dezenas de tribos de origem sunita não desejam ceder seu poder territorial frente ao EIIL e fecharam uma ocasional aliança militar com o exército iraquiano. Isto demonstra como as alianças políticas e militares espelham a primazia dos interesses materiais de cada tribo frente às migalhas que lhes atira o imperialismo, sobre a origem étnica. Os EUA ofereceram enviar seus ministros e assessores militares, ainda que não tropas. Irã, de maioria xiita, ofereceu equipes militares e assessoramento militar ao governo para combater o EIIL, seu rival étnico. Trata-se de mais uma manifestação do acordo alcançado entre o imperialismo e o Irã. Isso explica o porquê dos até ontem inimigos irredutíveis hoje sejam aliados. O nacionalismo iraniano de máscara teocrática demonstra sua completa decomposição e impotência e conclui como instrumento do intervencionismo imperialista em outro país oprimido.

Como disfarçar o intervencionismo imperialista com manobras diplomáticas

Há aproximadamente um mês, Obama assinalou uma mudança de estratégia dos Estados Unidos a respeito dos meios e métodos para sua intervenção militar nos países semicoloniais em guerra civil ou governos títeres prestes a cair. Dar-se-á então primazia aos meios financeiros e o envio de pequenos contingentes militares ao invés do envio massivo de tropas e aviões. O que foi apresentado como uma medida que indicava uma mudança estratégica na política exterior do imperialismo, voltada a meios mais “pacíficos ou políticos” que “militares” não foi outra coisa que o ajuste das táticas e meios mais adequados às novas condições políticas e sociais resultantes da crise capitalista.

Os xiitas são minoritários entre a comunidade muçulmana do mundo, mas são majoritários no Irã, Iraque e no Bahrein. “A divisão entre sunitas e xiitas aumentou desde 2005”, assinala Sahar al-Atrache, um “especialista” sobre o Líbano do grupo *International Crisis Group*. Segundo afirmou, os xiitas temem a criação de um Estado islâmico dominado pelos sunitas, sobretudo depois dos levantes populares que a imprensa burguesa rotulou de “primavera árabe”. Por trás da amarga e violenta rivalidade étnica, estão os interesses de Irã (xiita) e Arábia Saudita (sunita), países que estão de um lado e de outro das forças em que se divide a guerra civil na Síria. E, por cima delas, finalmente opera o imperialismo para fazer e desfazer tratados, acordos e manobras militares.

É um fato que o imperialismo norte-americano facilitou e promoveu a guerra civil no Iraque e Síria, proporcionando recursos militares e capacitação técnica aos combatentes que atuam na Síria para derrubar al-Assad. Apesar do que se disse que não se facilitariam os meios para armar “os extremistas da Al-Qaeda”, de fato os “moderados”, que eram armados pelos EUA, acabaram selando alianças com os “extremistas” para derrubar o governo Sírio, objetivo último do imperialismo. Por isso não se fez nada para evitar que se reforçassem esses vasos comunicantes entre os diversos grupos que combatem al-Assad.

Pelo contrário, o imperialismo facilitou essa via de fortale-

cimento do extremismo islâmico porque serve aos seus interesses mais gerais de debilitar os governos semicoloniais que ensaiam medidas de relativa soberania nacional; enquanto criam as condições para reforçar seu intervencionismo em nome da “paz” e da “democracia”. Alguns meios chegaram inclusive a afirmar que o EIIL contou com treinamento norte-americano na Jordânia e Turquia para poder levar adiante a guerra na Síria.

Por trás da máscara religiosa e étnica, se escondem os interesses mais venais do imperialismo

Desde 2001, o Estado Maior das Forças Armadas dos EUA vem tentando dividir o Iraque em pequenos Estados etnicamente homogêneos. Segundo esse plano, o país poderia ser dividido em três partes: um estado sunita, um xiita e outro curdo. Isso explica, em parte, porque o exército iraquiano deixou quase sem luta o controle de parte do norte aos *peshmergas* do chamado Curdistão iraquiano. E também o porquê, uma vez iniciada a operação do EIIL, a maioria parlamentar não deu quórum de urgência para decretar a mobilização de tropas e deixou girando no vazio o governo. Este teve então de recorrer à mobilização de voluntários xiitas e aceitar a ajuda tanto da milícia xiita *Exército do Mahdi* de seu rival político Moqtada al-Sadr, como os *Guardiões da Revolução Iraniana*.

O fortalecimento do Curdistão iraquiano se deu já sob a proteção do intervencionismo militar, na chamada Primeira Guerra do Golfo (1991). Naquele momento, se impôs a Saddam Hussein uma zona de exclusão área sobre a região. Com sua derrocada, o Curdistão iraquiano conseguiu uma maior autonomia. Já destacamos como se fortaleceu o EIIL graças ao intervencionismo imperialista na Síria. Acontece que ambos os grupos étnicos contaram, desde sua criação, senão com o apoio direto, pelo menos com a liberdade de ação para se fortalecer graças ao “guarda-chuva” estabelecido pela CIA. O mesmo “serviço” que prestou ao reforçar os grupos radicalizados no Afeganistão, Bósnia-Herzegovina e Chechênia contra os interesses de Rússia.

Cabe aqui agregar que o EIIL, dirigido no terreno militar por Abu Bakr al-Baghdadi, conta com a proteção política dos príncipes sauditas Abdul Rahman al-Faisal, Saud al-Faisal (ministro de relações exteriores da Arábia Saudita) e Turki al-Faisal (ex-diretor dos serviços secretos e atualmente embaixador da Arábia Saudita em Washington e Londres. Como se vê, estas relações não escapam ao conhecimento do imperialismo. Sua experiência lhe ensina que estas podem ser úteis quando se trata de opor um país contra outro, e assim recolher os frutos da desintegração regional e as guerras civis.

Em outras palavras: a fragmentação territorial do Iraque servirá, caso se imponha, tão só para as manobras do imperialismo. Constituirá um elemento funcional para sua política de intervenções militares. Ao mesmo tempo em que constituem um bloqueio à consolidação de um movimento revolucionário nacional baseado nos métodos e estratégia do proletariado mundial. É a ausência da direção revolucionária mundial, organizado no Partido da Revolução Socialista Mundial, o que favorece que o imperialismo atue em todo o mundo como força econômica, social e política determinante na situação de crise mundial.

Para derrotar o imperialismo é urgente reconstruir a direção mundial do proletariado

A onze anos da invasão imperialista, o Iraque é um país à beira do colapso econômico, social e político. Representa hoje um Estado falido, incapaz de assegurar sua própria soberania territorial e unificar ao país. Esse é o resultado da ocupação militar encabeçada pelos Estados Unidos e Inglaterra.

No entanto, o objetivo de estabilizar militarmente os conflitos regionais que vêm crescendo e assim criar as condições para instalar uma plataforma de operações no Oriente Médio não se cumpriu. As contradições resultantes do vazio de poder depois da queda de Saddam Hussein abriram as comportas ao recrudescimento dos antagonismos étnicos. Sob novas condições, as potências imperialistas operam sobre o país e ensaiam, uma vez mais, o que constitui um objetivo vital do imperialismo: o de balcanizar regiões inteiras do Oriente Médio em um sem número de estados etnicamente homogêneos, mas econômica e politicamente débeis. O método de redividir países inteiros segundo os interesses comerciais e políticos estratégicos do imperialismo, já foi amplamente utilizado na África (a exemplo do Sudão) e no leste Europeu (a exemplo da Iugoslávia). No Sudão, com o objetivo de conter o avanço chinês sobre os poços do petróleo ao sul do país. Na Iugoslávia, para ampliar o intervencionismo imperialista sobre o leste europeu e justificar o cerco sobre a Rússia e completar a restauração capitalista.

Agora se renova essa estratégia, ajustada às particularidades regionais. As potências devem atuar nas condições concretas criadas pelo desenvolvimento histórico e luta de classes em cada país. Por um lado, apesar das guerras étnicas e tribais permitirem ao imperialismo manobrar sobre elas e opor uma região contra outra, uma etnia contra outra, por outro lado,

é através da máscara étnica e religiosa que se reaviva a luta das nações oprimidas contra a opressão imperialista. Ao estar afundado numa crise econômica e política, no Iraque se abre uma via para que o islamismo radicalizado cresça em número e forças. Os antagonismos sociais no Oriente Médio estão sob forte influência das diferenças étnicas, que muitas vezes se confundem e combinam com as diferenciações entre as classes sociais. Trata-se, em última análise, do fracasso do intervencionismo imperialista frente às tendências mais gerais de agravamento das contradições do capitalismo agonizante, da luta de classes e da rebelião das nações oprimidas.

No Iraque, como em todo o Oriente Médio, se demonstra, uma vez mais, que a destruição da direção revolucionária mundial pelo estalinismo impediu que as lutas de libertação nacional e contra a opressão imperialista se projetassem à arena internacional, como elos da revolução socialista mundial.

Para libertar-se do jugo imperialista e alcançar a unidade regional, as massas oprimidas do Oriente Médio devem romper com os particularismos nacionais, religiosos, étnicos e tribais. Devem unir-se em uma frente única anti-imperialista e mobilizar as nações e etnias oprimidas contra o imperialismo. Esta perspectiva, a única justa e consequentemente revolucionária, impõe que as massas se organizem sob as bandeiras da revolução e ditadura proletária, que se expressa na consigna de Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. Isso torna obrigatório organizar a vanguarda operária e camponesa em partidos revolucionários, marxistas-leninistas-trotskistas, ajudando assim a fortalecer a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, como seu comando político mundial unificado.

Bolívia:

Viva o 79º aniversário do Partido Operário Revolucionário

Neste mês, completam-se 79 anos de sua fundação. “Em junho de 1935, um grupo de exiliados no Chile, sob a direção de José Aguirre Gainsborg e o grupo Tupac Amaru, dirigido por Tristán Marof, fundaram o Partido Operário Revolucionário em Córdoba – Argentina”.

José Aguirre G. tinha militado na Bolívia no partido comunista clandestino, impulsionado pela Terceira Internacional, antes do surgimento da Guerra do Chaco. No exílio no Chile, se incorporou ao Partido Comunista Chileno e chegou a fazer parte de sua direção. Aguirre se alinhou com a Oposição de Esquerda (trotskismo) e foi expulso pelo PCCH. O marofismo (grupo Tupac Amaru) foi incluído sem a necessária discussão sobre o problema internacional. Logo se tornaram evidentes as discrepâncias com Marof, que era um dirigente ambicioso e sem princípios. Aguirre G. buscou a estruturação de um partido operário de cunho leninista, com programa proletário e estrutura bolchevique. Em 1938, se realiza a cisão com Marof.

O POR, nascido no exílio, demorou para penetrar e se entroncar nas massas bolivianas. A morte de Aguirre foi um duro golpe para o jovem partido. Assim, nos anos 40, se pode dizer que o POR inicia na política boliviana. Os jovens militantes do

POR foram empurrados pela repressão a se refugiar nas minas. Ali, conviveram com os trabalhadores do subsolo e essa experiência lhes permitiu assimilar o marxismo como expressão consciente, viva, do que é o instinto no trabalhador proletário. Durante o sexênio, o pirismo em conluio com a oligarquia reprimiu os trabalhadores, o MNR tinha debandado depois do enforcamento de Villarroel, é nesse cenário que o POR pôde penetrar no movimento operário quando os explorados, particularmente os mineiros, começavam a tirar conclusões de sua experiência negativa no seio de governo nacionalista. No Congresso mineiro de Pulacayo (1946), se adotou o documento trotskista que colocava a independência política diante da burguesia, a necessidade da luta pelo governo operário-camponês, a ditadura proletária por meio da ação direta das massas a partir de um programa de reivindicações transitórias na luta contra o super-estado mineiro. As Teses de Pulacayo se converteram na referência da luta das massas bolivianas, sob a direção do proletariado mineiro.

Processo que concluiu na revolução de abril de 1952. Nesse período, o MNR adotou as consignas de Pulacayo e conseguiu confundir as massas que não chegaram distinguir entre o MNR

e o POR. Em abril de 1952, uma tentativa de golpe de estado gestado pelo MNR foi decisivo para a eclosão da revolução em que as massas destruíram o Estado feudal-burguês da oligarquia e impuseram, apesar do governo do MNR, a nacionalização das minas e a reforma agrária.

O governo do MNR, de conteúdo burguês, deu motivos para desvirtuar estas conquistas das massas. Indenizou os barões do estanho, desvirtuou o controle operário coletivo, parcelou as fazendas ocupadas pelos camponeses, instaurando o minifúndio como um meio de constituir os pequenos camponeses proprietários no dique de contenção às pressões socializantes dos operários, burocratizou a COB, que tinha nascido como um verdadeiro órgão de poder das massas (soviète), concretização da frente revolucionária antiimperialista, que congregava em seu seio o conjunto da nação oprimida sob a direção dos operários e que controlava sob sua direção as milícias surgidas da revolução de abril.

O MNR, que apareceu disfarçado com as consignas de Pulacayo, para controlar o avanço das massas e salvar a ordem burguesa, não teve mais remédio senão procurar o apoio do imperialismo e abandonar seu discurso inicial anti-imperialista.

Coube ao POR assinalar com firmeza aos explorados que o nacionalismo estava condenado a capitular diante do imperialismo e trair a revolução de abril. A experiência posterior deu plena razão ao POR e deste modo os explorados bolivianos e particularmente o proletariado mineiro puderam amadurecer politicamente para superar o nacionalismo e se encaminhar novamente para a elaboração de seu próprio programa, diferenciando-se do nacionalismo.

Esse processo culminou na Assembleia Popular de 1970,

que colocou a luta pela instauração do governo operário-camponês, a ditadura do proletariado, a instauração da propriedade social dos meios de produção (socialismo).

O POR dirigiu politicamente esse processo. O golpe de Bánzer, impulsionado pelo imperialismo norte-americano, cortou o desenvolvimento da Assembleia Popular.

A “esquerda” em massa abandonou a estratégia proletária; arrependidos de terem se envolvido com a estratégia do POR na Assembleia Popular, aderiram ao democratismo burguês. Coube, novamente, ao POR ressaltar o fracasso da democracia burguesa e reafirmar a revolução proletária como o caminho dos explorados para superar o atraso do país e libertá-lo da opressão imperialista. A democracia burguesa se tem esgotado; o governo do MAS é um acidente na luta dos explorados bolivianos por constituir seu próprio governo: o governo operário-camponês. Os explorados começam a comprovar na prática o caráter pró-burguês do governo “camponês”, dirigido por Evo Morales.

Somente o POR se mantém firme como a expressão consciente da necessidade da revolução proletária na época atual de domínio imperialista, expressão da crise capitalista que arrasta a humanidade à barbárie” (“MASAS” Nº1996).

O êxito do trotskismo boliviano se deve a que “O Partido Operário Revolucionário se formou no seio da classe operária como um elemento ativo da luta de classes, somente assim pôde enraizar-se profundamente nas massas e, ao mesmo tempo, adquirir uma grande vitalidade ideológica expressa em seu seu programa” (G.Lora).

De: “La Perforadora” nº 14, junho de 2014, POR-Huanuni

Refutação de Guillermo Lora às críticas de Nahuel Moreno

A publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores – IV Internacional dedicada à divulgação dos documentos de sua Conferência de Fundação traz uma referência à revolução boliviana de 1952 e repete a velha acusação de que o Partido Operário Revolucionário da Bolívia foi responsável pela classe operária não ter tomado o poder. A referência se encontra na apresentação assinada por Ronald León Núñez, de junho de 2012, no volume nº1, página 20, edição Marxismo Vivo. É bem provável que a militância desconheça essa polêmica de Nahuel Moreno com o POR. A versão morenista dos acontecimentos de 1952, no entanto, não ficou sem resposta. Para que o leitor se localize transcrevemos alguns trechos da publicação da LIT-QI.

“Nossa mais importante prova de fogo a respeito foi durante a revolução boliviana de 1952. Esta foi a mais perfeita e clássica revolução operária que ocorreu depois da russa de 1917 (...)”

“O POR, seguindo a orientação da direção da Quarta Internacional, que nesse tempo estava nas mãos de Michel Pablo e Ernest Mandel, aplicou uma política oposta ao leninismo: não chamou a desconfiar do governo burguês e a lutar pelo poder da COB como uma única forma de responder aos interesses dos operários e camponeses. Pelo contrário, deu apoio crítico e defendeu a participação de ministros da COB no governo do MNR. Nove dias depois

do levante operário, o POR declarou em seu periódico Luta Obreira que: ‘Na medida em que leva a cabo o programa prometido, o POR apoia o Governo que surgiu da insurreição popular de 9 de abril (...)’.”

Os morenistas ocultam a luta interna ao POR contra essa posição pablista, que acabou cindindo o Partido. A história do trotskismo na Bolívia comprova que os revisionistas da IV Internacional não só foram derrotados politicamente pela fração liderada por Guillermo Lora (Jornal Massas) como simplesmente desapareceram.

Em memória aos 5 anos do falecimento de Guillermo Lora, o POR brasileiro publicou um Jornal Massas especial onde expõe com algum detalhe a luta entre revisionistas (pablistas) e trotskistas. A militância poderá consultá-lo. Mas o mais indicado é recorrer às publicações do próprio POR/Bolívia. As Obras Completas de Guillermo Lora, de 69 volumes, têm a virtude de sistematizar a rica produção teórica, vinculada ao desenvolvimento do programa revolucionário no seio dos explorados. Uma das reclamações de Guillermo é a de que Nahuel Moreno e seus seguidores não se esmeraram em basear suas críticas nos documentos originais, recorrendo aos de segunda mão.

Aproveitamos a publicação da LIT-QI para expor uma das respostas de Guillermo aos ataques de Moreno.

O argentino Moreno e as raízes de sua incompreensão da revolução boliviana

7 de janeiro de 1995

Guilherme Lora

Limitações deste trabalho

As notas críticas a seguir se referem a menos de oito páginas do livro de Ernesto González e outros, intitulado “O trotskismo operário e internacionalista na Argentina”. De alguma forma, a revolução boliviana foi pedra de toque das concepções do morenismo, que gastou muito dinheiro e mobilizou vários de seus militantes com o objetivo de pôr em pé seu próprio partido em terras altiplânicas, fracassando em toda a linha.

Em seu afã existista, em sua trajetória errática e em seu aventureirismo, é preciso acrescentar a total incompreensão de Moreno sobre a revolução permanente como transparece em suas curiosas colocações sobre a revolução boliviana e de toda sua história.

Um breve trecho do capítulo quinto do livro a que nos referimos proporciona o testemunho acerca das premissas que refletem a incompreensão morenista do processo da revolução boliviana. Abundam razões para que limitemos nossa análise a essa parte do livro de González.

Ninguém ignora que Moreno realizou um amplo trabalho internacional e acabou pondo em pé sua própria organização neste terreno. Certamente, seus seguidores nos dirão que assim cumpriu a missão de trotskista. Sem a intenção de aborrecer, dizemos que com esta atitude aturdiu o cosmopolitismo da Argentina e, mais precisamente, o de Buenos Aires.

Os morenistas e outras seitas que se pretendem “trotskistas” procuram nos esmagar com a denúncia de que os poristas bolivianos são “nacionalistas”, portanto, contrários ao internacionalismo proletário e à própria IV Internacional. Essa colocação não passa de esquematismo simplista.

Respondemos de nossa parte que vivemos grande parte da experiência da IV Internacional e suportamos as consequências negativas de sua quase total inexistência como marco da elaboração coletiva da política revolucionária nos diferentes países. Moreno e seus seguidores são um bom exemplo de que o esquematismo subjetivista é incapaz de compreender o processo revolucionário, pois, para livrar-se dos obstáculos, seria preciso apreender as leis da história da sociedade boliviana.

De início, percebe-se uma leviandade excessiva na análise. Moreno se lança contra Michel Pablo por suas opiniões e decisões sobre a questão boliviana, mas se percebe a ausência da análise sobre a conduta desenvolvida pelo POR, cujos dirigentes e seus escritos estavam longe de ser pablistas. As divergências entre estes protagonistas eram evidentes e numerosas. Ignorar essa realidade é uma enorme leviandade para um analista do processo revolucionário, bem como limitar-se a poucas citações de segunda mão, no que se refere ao que faziam e escreviam os poristas.

Novamente diremos que está ausente a explicação de uma questão de importância capital: a razão pela qual a IV Internacional não pôde assimilar criticamente o que se fez na Bolívia – não se deve esquecer de que se trata de uma rica experiência

-, este fenômeno negativo se repetiu posteriormente.

Às vezes exaltaram alguns êxitos do POR, mas nada mais. Não assimilaram criticamente as conquistas e tampouco se explica por que o trotskismo boliviano incipiente pôde derrotar outras correntes políticas consideradas de esquerda, entre elas o morenismo. Parece que se transformou em norma o fato de fracassar os múltiplos esforços que fizeram por organizar grupos revisionistas do trotskismo.

Um de nossos críticos norte-americanos se esforçou por justificar seus equívocos ao julgar o POR com o argumento de que sempre careceu de informação de primeira mão sobre o movimento revolucionário boliviano. A discussão nos interessa e é por isso que estamos lançando as “Obras Completas”, onde se incluem os escritos sobre a formação de nosso pensamento e de nossa própria experiência no seio das massas. Esperamos que a polêmica posterior tenha por base os materiais de primeira mão.

Estamos convencidos de que assimilar autocriticamente o que se fez na Bolívia, os erros que se cometeram, etc., fortalece o movimento trotskista internacional, caminho que nos potencia como protagonistas da revolução.

“A maior, perfeita e clássica revolução operária”

O pablismo, da mesma maneira que tantos outros grupos pretensamente trotskistas, são exististas ao extremo, o que lhes empurra a exhibir suas supostas ou reais vitórias, mas não fazem nada para elaborar a política revolucionária das diferentes seções. O morenismo caiu no mesmo vício.

Na página 197 do “O trotskismo operário...” se apresenta o balanço de Moreno e dos autores do volume citado sobre a revolução boliviana. Tudo se reduz a conclusões em torno de algumas citações extraídas do livro “Bolívia, a revolução derrotada”, de Liborio Justo, cujo mérito está em ter acumulado algum material de primeira mão, ainda que sua conclusão seja errônea. Os balanços apresentados denunciam o pensamento político e o programa de seus autores, desnudando o baixíssimo nível em que se moviam. A incompreensão do que acontecia domina as análises, se assim podemos chamá-las.

Até a aprovação das “Teses de Pulacayo” (1946) e a constituição do Bloco Mineiro Parlamentar – apresentados pela direção da IV Internacional – o Partido Operário Revolucionário/Bolívia não participou de nenhum congresso da IV Internacional, não elaborou em seu seio sua política e tudo se limitou ao ocasional contato por carta ou a leitura espaçada de suas publicações. Ninguém disse que a este fato se deveu muitos dos erros cometidos pelo POR. Mas também houve acertos e tampouco se explicou porque ocorreram em meio a este isolamento estrangulador.

O balanço de Moreno, nomeado com propósito indisfarçável, diz: “...Na Bolívia se deu a maior, perfeita e clássica revolução operária desse século, com uma forte influência da Internacional”. Esta avaliação existista é surpreendente para quem

cumpria as tarefas da direção de organizações trotskistas. Ernesto González e seus cooperadores acrescentam, referindo-se ao período de 1952: “o trotskismo era muito forte. Tinha se tornado direção de grande prestígio político no movimento operário e no povo boliviano.

Em novembro de 1946, reuniram-se os delegados mineiros da Bolívia e aprovaram as célebres teses conhecida com o nome da cidade mineira de Pulacayo, elaboradas pelos trotskistas do POR e aprovadas contra o voto do MNR e do estalinismo... Este programa e, especialmente, os pontos contrários ao exército e favoráveis ao armamento dos trabalhadores..., eram o eixo da propaganda dos trotskistas e das organizações mineiras até que se produziu a revolução de 1952, quando se criaram as célebres milícias.

Uma consequência do colossal triunfo trotskista entre os trabalhadores mineiros foi a constituição do bloco ou frente operária para as eleições de 1946...

O MNR ocupou o governo, com V. Paz como presidente. Mas quem dominava toda a Bolívia eram as milícias operárias e camponesas. Depois de 11 de abril de 1952, a maioria (delas) estava dirigida pelos trotskistas...”

Tal apreciação – posterior aos acontecimentos – não é exata, é forçada para demonstrar que o POR/Bolívia dominava a situação política e arrastava atrás de si a maioria da classe operária, pelo menos. As apreciações de Moreno, sobretudo, e também de seus seguidores mais próximos resultam inexplicáveis quando se referem a acontecimentos político-históricos muito divulgados, como foram as jornadas de abril de 1952. Parece-nos que foram deliberadamente exageradas para demonstrar que Michel Pablo se apartava do trotskismo ao aconselhar o apoio do POR/Bolívia ao MNR no poder, ainda que não feita de maneira franca.

O que mais estranha é que não se diz nada sobre as diferenças do POR/Bolívia com a política traçada pela direção da IV Internacional, isto quando o morenismo argentino pugna por ser reconhecido como “seção argentina” e por deslocar desse cargo o posadismo, uma espécie de caricatura política.

Atevemo-nos a afirmar que Moreno conhecia o fato inculcável de que o POR e a direção da IV Internacional julgavam de maneira distinta os acontecimentos bolivianos. O secretário geral porista disse publicamente na capital francesa, no dia seguinte da vitória popular de 9 de abril (levou a opinião dos bolivianos e a contrapôs à oficial da direção da IV Internacional):

“Que o POR/Bolívia tinha como linha política lutar pelo poder arrancando o controle do MNR sobre as massas operárias, a classe média e, consequentemente, sobre as nacionalidades nativas”. Esta posição não agradou ninguém da IV Internacional, que curiosamente partia do suposto de que já éramos a

maioria (acreditavam ter as provas nas Teses de Pulacayo e no Bloco Mineiro Parlamentar), sobretudo no seio da COB, a força mais poderosa nesse momento.

Esquecia-se do desenvolvimento do processo revolucionário. Como tantas vezes a realidade é arbitrariamente substituída por esquemas subjetivos, esquece-se a realidade objetiva e se a substitui por bons desejos. Os observadores – os historiadores, os políticos – caem nestes excessos e por isso se lhes escapam as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade boliviana. Há que concluir que não são marxistas e, por isso, caem com tanta frequência no aventureirismo e no reformismo, que sempre levam às trincheiras da burguesia.

Nos primeiros momentos do esmagamento do aparato estatal feudal-burguês, o imperialismo norte-americano está convencido de que o MNR, particularmente alguns de seus líderes, eram comunistas, que estavam dispostos a impor ao país o radicalismo das “Teses de Pulacayo”.

A reação feudal-burguesa partia da certeza de que os Estados Unidos não permitiriam aos comunistas do MNR consolidar-se no poder e que a nação opressora estava obrigada a recuperar a “democracia” – temos afirmado que na Bolívia nunca existiu e não existe, nem existirá – para devolver a ela o manejo do aparato governamental. A experiência ensinará que ao imperialismo interessa converter em seu instrumento um partido capaz de encabrestar as massas. É por isso que acabou apoiando o movimentismo, prestando-lhe suporte econômico, etc. O MNR se constituiu neste momento na melhor variante para Washington.

Nos primeiros momentos, um dos fatos de maior importância foi o boicote e a ofensiva vigorosa do imperialismo. O POR, fiel ao marxismo, ao pensamento

de Trotsky, rechaçou a intervenção imperialista no país, e por estar impossibilitado de tomar o poder – isso porque não era a direção das massas – não lançou a consigna de derrubada do MNR. Esse repúdio à ingerência norte-americana implicava a defesa da soberania nacional e se convertia em um fator que não debilitava o governo, combatido sem cessar pelos trotskistas. Reiteramos que para nós esta conduta era correta, era a resposta revolucionária a uma determinada situação. As massas, dando-nos razão, fortaleceram o governo movimentista.

“Os erros mais grosseiros do morenismo”

Há que perguntar se o ocorrido em 1952 foi “a (revolução proletária) maior, perfeita e clássica no nosso século...”. Esta afirmação é um absurdo antimarxista da primeira à última palavra.

Qual seria a revolução “maior, perfeita e clássica” de nossa época? Aquela de presença e predomínio revolucionário do proletariado. Essa seria uma revolução social que materializa-



ria a finalidade estratégica da ditadura do proletariado, na Bolívia um perfeito governo operário e camponês.

A “revolução clássica” é aquela que deve ser tomada como referência, se se quer como modelo a se imitar. Tratando-se da revolução de 1952, não há que imitá-la, mas superá-la, até convertê-la em social, cujo ponto culminante é a ditadura do proletariado.

O argumento do morenismo para justificar sua arrojada caracterização da revolução de 1952 é extremamente débil. Limita-se à colocação de que o POR era a direção das massas, que virtualmente tinha cercado o movimentismo. Nada disso é exato.

O POR que chega a 1952 era um partido muito jovem, que inicia sua penetração no seio das massas, particularmente, do proletariado mineiro. Fundado em 1935, suportou um quinquênio de enquistamento e com dificuldade pôde se aclimatar no país. As conquistas importantes assinaladas pelo morenismo ocorreram praticamente às costas da então IV Internacional.

Excepcionalmente, pela primeira vez no mundo, a atividade dos trotskistas poristas se traduziu em adoção pelos sindicatos de um programa ideológico, que é uma versão do programa de transição e, ao mesmo tempo, contribuiu para a caracterização do país e para a fixação do objetivo estratégico e dos métodos de luta próprios do proletariado.

As “Teses de Pulacayo” impulsionaram o desenvolvimento político das massas e continuam tendo vigência depois de meio século de sua aprovação. Isso ocorre porque sua essência continua atuando através das massas. É um exemplo de como a ideologia da classe, sua essência, corresponde às leis históricas.

Necessariamente, surge a pergunta: para que a revolução seja perfeita, grande e clássica é suficiente um programa ideológico? Os programas – por mais importantes que sejam – podem flutuar nas nuvens se não forem traduzidos em organização dos explorados, em tradição. Isso se deu com o primeiro programa do POR. O marxismo ensina que as ideias ganham força material se se implantarem nas massas, o que quer dizer que os militantes revolucionários penetram em seu seio e se constituem em sua direção.

Não foi por acaso que, tendo começado pela declaração sindical, passamos – quase imperceptivelmente – a referirmo-nos ao programa partidário.

É estranho que não se diga que as “Teses de Pulacayo” contêm respostas ao programa do POR, mas a particularidade, ou por acaso anormalidade, foi que se elaborou (pelos ativistas sindicais e operários de base) e inevitavelmente se voltou para o Partido. Durante há algum tempo, para as pessoas da rua, as Teses eram o programa do POR e da FSTMB.

Essa realidade não foi uma vantagem mas uma anormalidade, que não correspondia à interrelação que existe entre as massas e o partido político. É o Partido, armado do programa, da finalidade estratégica – elaborado coletivamente pela militância – que leva as ideias até o seio das massas para transformá-las, particularmente a sua vanguarda. Isso é imprescindível para a transformação qualitativa do instinto em consciência de classe, em política.

O processo de transformação da classe pelo Partido permite que esta o transforme, o que exige a politização das massas.

Cabe ao partido – se se pretende converter-se em direção das massas, manter esta condição e evitar que estas a esmaguem e até a empurrem para a direita – transformar seu programa e colocar-se à altura da evolução das massas. Tudo isso supõe condicionar a evolução da política às mudanças da situação em que se vive, em grande medida definida pela ação e atitude das massas.

O que se passou na Bolívia foi muito diferente. Ninguém duvida que o POR transformou a classe operária – este é seu acerto, seu capital –, mas demorou muitíssimo em se transformar programaticamente para atuar como verdadeira direção dos explorados e oprimidos, particularmente nas jornadas de 1952. Não pudemos precisar com exatidão como se devia atuar, que consignas levantar para dirigir as massas para o poder.

Não é mecanicamente que o Partido responde às exigências das massas em luta, o faz por meio do aperfeiçoamento de seu programa e da atividade da militância na batalha. Se isso não ocorre, são as massas que pugnam a passar por cima do Partido e o empurram para um lado. Não pode permanecer indefinidamente o vazio do posto da vanguarda. Se isto acontece, aqueles que lutam se agarram a um qualquer e lhe atribuem todas as virtudes concebíveis. É preciso concluir que o enorme atraso na transformação do programa deixou vazio o posto da direção revolucionária, não pôde colocar-se à frente das massas e, por isso, não as conduziu à tomada do poder. Os mineiros e os operários de fábrica destruíram o Estado feudal-burguês e o exército, mas entregaram o poder político em uma bandeja de prata ao MNR (na atualidade, está no poder e é dirigido pelo novo Patiño, que é o Goni). Uma frustração que, em grande medida, se deveu ao que era o POR como partido. Não se pode dissimular que o Partido que transformou a classe concluiu (nas jornadas de abril) como um obstáculo para a instauração do governo operário e camponês ou ditadura do proletariado.

Nossos críticos poderão encontrar documentos acerca desse processo, que aparecem nas “Obras Completas”, e esperamos que suas críticas estejam fundamentadas no verdadeiro pensamento e ação dos trotskistas bolivianos.

Quando se elaboram as “Teses de Pulacayo”, a velha guarda porista, que continuava sendo a direção, não estava de acordo com esse documento, o criticava em parte e o sabotava. Um pouco mais tarde, aquele que se passava de secretário geral redigiu uma tese francamente movimentista.

O POR era uma pequena minoria na COB, mas a honestidade dos delegados operários do MNR lhe permitiu impor alguns documentos importantes, sobre a terra, a nacionalização das minas, etc. As “Teses de Pulacayo” foram programa da COB até 1954, quando se aprovou um documento movimentista e começou a sua burocratização, passagem obrigatória para sua estatização.

Os comentaristas não dizem nada sobre o “cogoverno MNR-COB”, que assim foi denominado em razão da integração nele dos movimentistas obreristas, que eram os lechistas. Era obrigatório atuar neste marco, que definia a dualidade de poderes. Por isso o POR defendeu o monopólio operário do governo, como um possível passo para a ditadura do proletariado.

(Extraído das “Obras Completas”, Guillermo Lora, tomo 63, 1995-1996, pág.35)